



15ª Vara Cível de Lisboa

15ª Vara - 1ª Secção

Rua Marquês da Fronteira - Palácio da Justiça - 1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877768 Mail: correio@lisboa.varciv15.mj.pt

C. 190

Processo: 3855/05.9TVLSB	Ação de Processo Ordinário	N/Referência: 10114447
--------------------------	----------------------------	------------------------

ACTA DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR

Autora: **S.C.C. - Sociedade Central de Cervejas, S. A.**

Ré: **Actividades Hoteleiras O Dificil da Alamenda, Lda.**

Data: Em 15 de Maio de 2006 pelas 10:15 horas.

Magistrada Judicial: **Clarisse Maria Machado dos Santos Gonçalves.**

Oficial de Justiça: **Susana Fonseca.**

Mandatário da autora: **Dr. Rui Tavares Correia**

Mandatário daré: **Dr.º Rita Campos.**

Presentes: Os ilustres mandatários das partes.

Aberta a audiência pela Mmª. Juiz foi tentada a conciliação entre as partes, a qual, porém, resultou infrutífera.

De seguida pela Mmª Juiz foi proferido o seguinte:

DESPACHO

O Tribunal é competente em razão da nacionalidade, da matéria e da hierarquia.

O processo é o próprio e não enferma de nulidades que o invalidem totalmente.

As partes têm personalidade e capacidade judiciárias e são legítimas.

A ré invoca a excepção de caducidade alegando em síntese que o contrato dos presentes autos tinha como prazo limite de duração 3 anos, pelo que teria caducado em 21/04/98, já que foi celebrado em 21/04/95, mas mesmo que não tivesse caducado nesta data, teria caducado em 21/04/2000.

A autora responde a esta excepção em réplica onde refere que a mesma deve ser julgada improcedente atenta o teor do contrato em questão.

Decidindo:

É entendimento do tribunal que o presente contrato não caducou.

A sua cláusula 6º diz expressamente "que o contrato é válido até à compra de 100 mil litros de cerveja e de refrigerantes que se estima serem consumidos durante 3 anos a contar da data da sua assinatura."



15ª Vara Cível de Lisboa

15ª Vara - 1ª Secção

Rua Marquês da Fronteira - Palácio da Justiça - 1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877768 Mail: correio@lisboa.varciv15.mj.pt

191

O contrato só terminaria assim os seus efeitos caso a ré tivesse aduindo a quantidade de litros de cerveja ali prevista - 100 mil litros - não o tendo feito o contrato não caducou.

A ré invoca ainda a aplicação aos autos do regulamento da C.E.E. nº 1944/93 da Comissão de 1983.06.22, só que tal regulamento não tem aplicação nos presentes autos uma vez que só se aplicaria aos contratos que estivessem sobre a égide do direito Comunitário da Concorrência, o que não é manifestamente o caso.

Não existem outras excepções, nulidades ou questões prévias que cumpra apreciar.

A decisão de mérito depende de prova a produzir.

FACTOS ASSENTES

A)

A sociedade "Centralcer - Central de Cervejas, S.A." tinha por actividade a indústria de refrigerantes e cervejas e a comercialização, quer dos produtos que fabricava, quer dos fabricados por outras empresas.

B)

Em 2001.12.14, foi incorporada, através de uma fusão, na sociedade autora, antes denominada "Centralcontrol - S.G.P.S., S.A.", que já detinha, de forma directa ou indirecta, a totalidade do seu capital social.

C)

No acto pelo qual foi efectivada a aludida fusão, a mencionada "Centralcontrol", ora autora, alterou, também, a sua denominação, para "S.C.C. - Sociedade Central de Cervejas, S.A.", bem como o seu objecto.

D)

É a autora quem prossegue a actividade que antes era desenvolvida pela sociedade incorporada, "Centralcer, S.A."

E)

No exercício da sua actividade, a mencionada "Centralcer - Central de Cervejas, S.A." celebrou, em 21 de Abril de 1995, com a ré um contrato, que teve nessa data o seu início de vigência, do seguinte teor:



15ª Vara Cível de Lisboa

15ª Vara - 1ª Secção

Rua Marquês da Fronteira - Palácio da Justiça - 1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877768 Mail: correio@lisboa.varciv15.mj.pt

2/192

Central de Cervejas

CONTRATO

00006107

Entre:

1ª . CENTRALCER - CENTRAL DE CERVEJAS, S.A. com Sede na Avª Almirante Reis, 115 em Lisboa, titular do cartão de identificação de pessoa colectiva nº 500825815, com o capital social de ESC: 9.500.000.000\$00 matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 1631 adiante designado abreviadamente por CENTRALCER; e

2ª. ACTIVIDADES HOTELEIRAS O DIFICIL DA ALAMEDA, LDA. com morada na ALAMEDA DAS LINHAS DE TORRES, 37 B/C - LISBOA titular do cartão de identificação de pessoa colectiva N° 500863270 e de ora em diante chamado simplesmente 2° OUTORGANTE.

considerando,

- que a CENTRALCER tem como objectivo próprio a indústria de cervejas e refrigerantes e a comercialização quer dos produtos que fabrica, quer de produtos de outras empresas, designadamente da Sociedade d_ Água do Luso, S.A;

- que o 2° OUTORGANTE é titular do estabelecimento comercial designado, O DIFICIL DA ALAMEDA sito na ALAMEDA DAS LINHAS DE TORRES, 37 S/C LISBOA aqui chamado abreviadamente ESTABELECIMENTO;

- que, no identificado ESTABELECIMENTO, o 2° OUTORGANTE se dedica, entre outras, á venda a retalho de Cervejas, Refrigerantes e Águas.

- que o 2° OUTORGANTE está interessado em vender no ESTABELECIMENTO os produtos que a CENTRALCER fabrica e/ou simplesmente comercializa, e não outros, por forma a que, racionalizando as suas fontes de abastecimento e os próprios abastecimentos, possa proporcionar ao público consumidor melhores condições de qualidade e preço;

- que a CENTRALCER tem organizada a distribuição dos seus produtos através de uma rede de concessionários que asseguram, em todo o território, um regular e eficiente abastecimento a todos os potenciais clientes; é celebrado, de boa fé e sem reserva, o presente contrato que as partes se comprometem respeitar e cumprir e que submetem ao teor das seguintes CLÁUSULAS:

1ª

1 . O 2° OUTORGANTE obriga-se a comprar, qualquer que seja o respectivo fornecedor, para revenda no citado ESTABELECIMENTO, os, produtos fabricados e/ou simplesmente, comercializados pela CENTRALCER (adiante colectivamente PRODUTOS)



15ª Vara Cível de Lisboa

15ª Vara - 1ª Secção

Rua Marquês da Fronteira - Palácio da Justiça - 1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877768 Mail: correio@lisboa.varciv15.mj.pt

93

2 . O referido ANEXO I será alterado:

- a) se a CENTRALCER vier a produzir e/ou a comercializar outros produtos e as partes acordem em incluí-los no regime deste contrato;
- b) se a CENTRALCER cessar a produção e/ou a comercialização de algum ou alguns PRODUTOS;
- c) se as partes acordarem a inclusão nele de produtos que a CENTRALCER já produz e/ou comercializa embora, na presente data, permaneçam excluídos do regime do presente contrato.

2ª

O 2º OUTORGANTE obriga-se, ainda, a:

- a) não adquirir nem pôr à venda no mencionado ESTABELECIMENTO produtos similares ao PRODUTO, nem sequer permitir que terceiros o façam;
- b) não fazer publicidade, por qualquer meio, de produtos similares aos PRODUTOS, em permitir que terceiros a façam, no referido ESTABELECIMENTO;
- c) assegurar a satisfação da procura dos PRODUTOS pelos consumidores no ESTABELECIMENTO em adequadas condições de qualidade, mantendo para o efeito "stocks" permanentes suficientes para as necessidades normais;
- d) dispor de pessoal devidamente preparado e instruído para as funções de venda dos PRODUTOS;
- e) vender os PRODUTOS sob as respectivas marcas por que são comercializados pela C.C., e com os rótulos cápsulas, gargantilhas, etiquetas e outros sinais distintivos com que esta os introduz no mercado, sem qualquer modificação ou acrescento;
- f) em caso de trespasse, cessão de exploração ou transmissão por qualquer outro título do ESTABELECIMENTO, no seu todo ou em parte, inserir no respectivo contrato cláusula que obrigue o trespessário, cessionário ou transmissário a permanecer vinculado ao presente contrato, sem qualquer reserva, ressalva ou restrição, e inserir cláusula idêntica a esta em futuros trespases, cessões de exploração ou transmissões do mesmo ESTABELECIMENTO.

3ª

Como contrapartida da celebração do presente contrato, a CENTRALCER apoia a comercialização dos produtos mediante a entrega ao 2º. OUTORGANTE da quantia **de ESC:**



15ª Vara Cível de Lisboa

15ª Vara - 1ª Secção

Rua Marquês da Fronteira - Palácio da Justiça - 1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877768 Mail: correio@lisboa.varciv15.mj.pt

CF4

1.460.000\$00 (UM MILHÃO QUATROCENTOS E SESSENTA MIL ESCUDOS) na assinatura do contrato, acrescidos de IVA à taxa de 17%, que o 2º OUTORGANTE declara ter recebido e de que dá plena quitação. j OFERTA DE 24 BARRIS ANO, O PAGAMENTO DOS BARRIS E FEITO MENSALMENTE (2) DOIS.

4ª

1 . A violação pelo 2º OUTORGANTE das obrigações assumidas por força do nº 1. da cl. 1a e das al. a) e b) da cl. 2a, confere à CENTRALCER a faculdade de, mediante simples comunicação escrita ao 2º OUTORGANTE, resolver de imediato o contrato.

2 . Em caso de incumprimento das demais obrigações emergentes do presente contrato, poderá a parte lesada, ou a que nisso tiver interesse, ou a que não tenha dado origem ao facto causal, declarar resolvido o contrato mediante comunicação escrita à contraparte faltosa, se esta não puser termo ao incumprimento ou não reparar as suas consequências no prazo que lhe tiver sido fixado pela notificante, o qual não poderá ser inferior a oito dias.

3. A ocorrência de qualquer circunstâncias que tornem definitivamente impossível ou incerto o cumprimento das obrigações assumidas dará à parte que não tenha dado origem ao facto causal, ou à qual tal facto se não refira, ou à legitimamente interessada, a faculdade de resolver de imediato o contrato, mediante mera comunicação escrita à contraparte.

4 . O não exercício da faculdade de resolução por uma das partes perante violação, pela contraparte, das obrigações assumidas por força deste contrato, não poderá em caso algum ser havido como renúncia à faculdade de resolução perante futuras violações da mesma ou de outra ou outras disposições contratuais.

5ª

1 . A resolução do contrato prevista no nº 1 da Cláusula anterior dá à CENTRALCER direito a exigir do 2º OUTORGANTE uma indemnização que, a título de cláusula penal, se fixa no dobro da quantia indicada na cl. 3a supra.

2 . Em ambas as hipóteses previstas nos nºs 2 e 3 da cláusula anterior, a resolução do contrato implicará, sem prejuízo de quaisquer outras indemnizações a que haja lugar, a devolução à CENTRALCER da parte da verba referida na citada cl. 3a proporcional ao tempo de duração do contrato ainda por decorrer.

6ª

O presente contrato é válido até à compra pelo 2º OUTORGANTE 100.000 LITROS DE CERVEJA e REFRIGERANTES, que se estima serem consumidos durante 3 ANOS a contar da data da sua assinatura.

7ª



15ª Vara Cível de Lisboa

15ª Vara - 1ª Secção

Rua Marquês da Fronteira - Palácio da Justiça - 1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877768 Mail: correio@lisboa.varciv15.mj.pt

2.191

1 . As partes obrigam-se reciprocamente, no caso de vir a ser publicada legislação que afecte a validade, vigência ou exequibilidade de qualquer das obrigações deste contrato, a revê-lo e adaptá-lo no prazo máximo de 30 dias a contar da data de entrada em vigor dessa legislação, sob pena de poder qualquer das partes declarar resolvido o contrato mediante mera comunicação por escrito à contraparte.

2 . No que especificamente se refere à legislação de defesa da concorrência, muito embora as partes presumam não haver incompatibilidade entre as disposições deste contrato e as legais, obrigam-se reciprocamente a introduzir no contrato as alterações que venham a revelar-se necessárias face à evolução decorrente da aplicação e interpretação daquela legislação.

8ª

Para todas as questões emergentes da aplicação e interpretação do presente contrato fica eleito o foro da Comarca de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa a vir revelar-se.

Feito aos 21 de Abril de 1995 em
duas vias de igual teor ambas
devidamente seladas e assinadas.

A CENTRALCER

O 2º OUTORGANTE

F)

A "Centralcer, S.A." entregou à ré a importância acordada de Esc. 1.708.200\$00, que, esta, recebeu e da qual deu a respectiva quitação tendo-lhe, também, entregue gratuitamente, os barris convencionados.

G)

A ré deixou, desde Setembro de 2003, de adquirir os produtos da "Centralcer, S.A." - e agora da A. - a cuja aquisição se tinha, contratualmente, obrigado, nomeadamente, "100.00 litros de cerveja e refrigerantes".

H)

A ré contratou com a UNICER em 30.12.03, data em que assinou o contrato de fornecimento exclusivo de cerveja em barril.



15ª Vara Cível de Lisboa

15ª Vara - 1ª Secção

Rua Marquês da Fronteira - Palácio da Justiça - 1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877768 Mail: correio@lisboa.varciv15.mj.pt

9.196

I)

A autora já investida nos poderes que antes eram da "Centralcer, S.A", enviou à ré, em 16 de Janeiro de 1994 a carta, registada com aviso de recepção, do seguinte teor:

Registada com
Aviso de Recepção

Central de Cervejas

Exmos Senhores
ACTIVIDADES HOTELEIRAS
O DIFÍCIL DA ALAMEDA, LDA
Alameda Linhas de Torres, 37-B e C
1600 Lisboa

REF.ª : 21/GBJ/O4 – Procº AJ799

DATA: 16 de Janeiro de 2004

ASSUNTO: Interpelação para cumprimento de contrato

Exmos Senhores,

Em 1 de Fevereiro de 1995, V.Exas. celebraram com a Sociedade Central de Cervejas, SA. (naquela altura com a designação social de Centralcer-Central de Cervejas, S.A.) um contrato, nos termos do qual se obrigaram a comprar para vender ao publico, no estabelecimento designado por "**RESTAURANTE O DIFÍCIL**", situado em Lisboa, bebidas das marcas fabricadas e/ou comercializadas pela Sociedade Central de Cervejas (Clausula P. nº 1).

O contrato foi firmado no pressuposto de que, no citado estabelecimento, seriam consumidos 100.000 litros de bebidas, num prazo estimado de três anos, em regime de exclusividade, tendo sido esse um pressuposto essencial para o cálculo dos incentivos pagos a V.Exas., no valor de 7.282,45 euros (1.460.000\$00) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor naquela data.

Constituindo o prazo uma mera previsão de tempo necessário ao consumo da litragem estabelecida no contrato é de concluir- queo mesmo se encontra em vigor, enquanto não forem adquiridos os 100.000 litros de produtos ou enquanto não for resolvido por qualquer uma das partes.

Nesta conformidade, verificamos que V.Exas. deixaram de cumprir aquilo a que se obrigaram porquanto, pelo menos desde Setembro de 2003, com apenas 68.396 litros adquiridos dos 100.000 que acordaram comprar, deixaram de adquirir os produtos que se encontravam obrigados a comprar.

Verificamos ainda que, do mesmo modo, passaram a consumir produtos de marca concorrente, com clara violação das obrigações que emergem do contrato acima referido.

O atrás exposto determinará incumprimento do contrato, pelo que vimos convidar V.Exa. a retomarem o cumprimento do mesmo, nos termos acordados, **num prazo de 15 (quinze**



15ª Vara Cível de Lisboa

15ª Vara - 1ª Secção

Rua Marquês da Fronteira - Palácio da Justiça - 1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877768 Mail: correio@lisboa.varciv15.mj.pt

2/97

dias), a contar da recepção da presente carta.

A manutenção da situação que agora se pretende ver sanada determinará a resolução do contrato com as consequências aí previstas, nomeadamente a exigibilidade da indemnização e penalizações acordadas entre ambas as partes.

Sem outro assunto de momento apresentamos a V.Exa. os n/ melhores cumprimentos.

NUNO PINTO DE MAGALHÃES

Assessor da Administração

J)

A autora enviou à ré, em 6 de Fevereiro de 2004 a carta registada com A/R, do seguinte teor:

Central de Cervejas

Exmos Senhores
ACTIVIDADES HOTELEIRAS
O DIFICIL DA ALAMEDA, LDA
Alameda Linhas de Torres, 37-6 e
C
1600 Lisboa

REFa :43/G6J/04 – Pº AJ799/J03
DATA: 6 de Fevereiro de 2004
ASSUNTO: Resolução de Contrato

Exmos Senhores

Nos termos do contrato celebrado em 1 de Fevereiro de 1995 entre V. Exas. e a Sociedade Central de Cervejas, S.A., naquela data com a designação de Centralcer-Central de Cervejas, S.A., obrigaram-se a comprar para vender ao publico consumidor final, no estabelecimento designado "**Restaurante o Dificil**", situado em Lisboa, as bebidas comercializadas por esta ultima empresa (claus. 1.1).

O contrato foi firmado no pressuposto de que, no referido estabelecimento seriam consumidos 100.000 litros dos produtos constantes do anexo I ao referido contrato, tendo sido esse um pressuposto essencial para o calculo dos incentivos pagos a V.Exas., no valor de 1.460.000\$00 (7.282AS euros), acrescidos de Iva à taxa legal em vigor naquela data.

Contudo, verificamos que V.Exas., ao arrepio das obrigações contratuais assumidas, pelo menos desde Setembro de 2003, deixaram de efectuar quaiquer compras dos produtos que se obrigaram a adquirir, verificando-se que, de um total de 100.000, apenas foram adquiridos 68.396 litros.

Tal actuação configura incumprimento do contrato pelo que assiste à Sociedade Central de



15ª Vara Cível de Lisboa

15ª Vara - 1ª Secção

Rua Marquês da Fronteira - Palácio da Justiça - 1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877768 Mail: correio@lisboa.varciv15.mj.pt

2.98
1

Cervejas legitimidade para o resolver, direito de resolução que pela presente se exerce e que produzirá efeitos a partir da recepção desta comunicação.

Em conformidade com a resolução contratual agora comunicada deverão V.Exas., no prazo de 10 dias, pagarem à Central de Cervejas, a título de clausula penal pelo incumprimento, a quantia de 14.5464,90 euros (2.920.000\$00), ao abrigo do disposto na cláusula nº 1.

Com os melhores cumprimentos

NUNO PINTO DE MAGALHÃES

Assessor da Administração

L)

A Davicer enviou à autora em 8/10/2003 um fax do seguinte teor:

DA VICER

DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS, LDA.

FOLHA PARA TRANSMISSÃO POR FAX

EMPRESA

DE:

S.C.C. SOC.. CENTRAL DE CERVEJAS, SA
JOSÉ ALVES

COORDENADOR CANAL:

DATA:

SR. M.ÁRIO CABANA

SUPERVISOR:
PÁGINAS INCLUINDO A FOLHA DE ROSTO:

TOTAL DE

SR. ANTÓNIO FELIZARDO

NÚMERO DE FAX:
NOSSO NÚMERO DE REFERÊNCIA:

219524690

:

ASSUNTO:
DE REFERÊNCIA

VOSSO NÚMERO



15ª Vara Cível de Lisboa

15ª Vara - 1ª Secção

Rua Marquês da Fronteira - Palácio da Justiça - 1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877768 Mail: correio@lisboa.varciv15.mj.pt

O URGENTE O APRECIAR. P.F. O COMENTAR P.F. O RESPONDER P.F. O FAZER CIRCULAR P.F.

NOTAS/COMENTÁRIOS

INFORMAÇÃO DIVERSA

CLIENTE: DIFICIL ACT. HOTELEIRAS LDA

-ALAMEDA DAS LINHAS DE TORRES

1750-

LISBOA

GERENTE: SR. JOSÉ CARDOSO

MESMO C/ TODAS AS FALTAS QUE ACONTECERAM C/ A ASSISTÊNCIA TÉCNICA, E
ALÉM DE ESTAR APREECIVO C/ A FALTA DE COMPARENCIA DE ALGUÉM DIRECTO
QUE REPRESENTA A S.C.CERVEJAS E CONFORME PROMETIDO PELO SR.
FELIZARDO, E, ATÉ HOJE NÃO APARECEU NINGUÉM.

O CLIENTE ESTÁ RECEPTIVO A EVENTUAL NEGOCIAÇÃO NO CASO DE SER
POSSIVEL E CONFORME ME DISSE, NÃO TER NADA CONFIRMADO C/ A
CONCORRÊNCIA.

O VENDEDOR

GERÊNTB

FAX DAVICER: 219730574

N.Q.C,ASO DO FA NÃO S.E...APRESENTAR LEGÍVEL, CONTACTAR TEL.:219730573

M)

A ré enviou à autora uma carta datada de 17/11/2003, registada com A/R,
do seguinte teor:



15ª Vara Cível de Lisboa

15ª Vara - 1ª Secção

Rua Marquês da Fronteira - Palácio da Justiça - 1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877768 Mail: correio@lisboa.varciv15.mj.pt

2001

ACTIVIDADES HOTELEIRAS O DIFÍCIL DA ALAMEDA. LDA.
Alameda das Linhas de Torres. 37 C
1750-139 LISBOA

Lisboa. 17 de Novembro de 2003

CENTRALCER - CENTRAL DE CERVEJAS S.A.
Av. Almirante Reis, 115 LISBOA

Assunto: FORNECIMENTO DE BEBIDAS

EX.mos Senhores:

Em 1995 celebramos com a V. empresa um contrato de fornecimento de bebidas.

Pese esse contrato ter cessado há muito, de termos recebido propostas excelentes de concorrentes vossos, e de tal contrato conter diversas cláusulas que violam os princípios da livre concorrência, mantivemo-nos fiéis à "SAGRES". Fizemo-lo sem as contrapartidas financeiras que podíamos obter quer da V. empresa, quer de concorrentes V. que nos fizeram propostas nesse sentido. Limitamo-nos, nestes últimos cinco anos, após ter expirado o contrato, a receber tão-só 2 barris/mês de cerveja.

Durante estes últimos anos V. Ex.as cumpriram satisfatoriamente, ainda que com algumas falhas pontuais.

Porém, a partir de Agosto, deste ano, V. Ex.as deixaram de prestar qualquer assistência aos equipamentos, pese, por diversas vezes, termos reclamado dessa situação.

Surpreendentemente, V. Ex.as mantiveram-se indiferentes a todos os pedidos que fizemos, e também às solicitações do V. revendedor que, inclusive, chegou a telefonar do nosso estabelecimento a pedir a V. intervenção urgente, e a enviar fax, de que nos deu cópia comprovativa, a expor a situação.

Acontece que, neste verão, para podermos servir aos clientes cerveja a copo, vimo-nos, forçados a pedir algum equipamento emprestado a concorrentes Vossos, o que é chocante.

Passado todo este tempo, até hoje, V. Ex.as não se dignaram a mandar proceder à reparação do equipamento, ou à sua substituição.

Também não nos deram uma explicação cabal para o V. procedimento, ou recolheram o equipamento defeituoso.

Face a este comportamento, que consideramos intolerável, exigimos que nos dêem uma



15ª Vara Cível de Lisboa

15ª Vara - 1ª Secção

Rua Marquês da Fronteira - Palácio da Justiça - 1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877768 Mail: correio@lisboa.varciv15.mj.pt

explicação sobre o assunto, ou, se porventura, entendem que não estão interessados em ter esta casa como cliente, devem, nesse caso, providenciar no sentido da recolha do V. equipamento.

Têm três dias para o fazer.

Se isso não acontecer trataremos de contratualizar o referido fornecimento com um concorrente Vosso, e desfazemo-nos do equipamento.

Se o silêncio for a V. opção deixaremos de comercializar no futuro todo e qualquer produto da Centralcer.

Com muitos cumprimentos.

A Gerência

J. Isidro Dias Cardoso

N)

A ré enviou à autora uma carta datada de 18/11/2003 e registada com A/R do seguinte teor:

ACTIVIDADES HOTELEIRAS O DIFÍCIL DA ALAMEDA, LDA
Alameda das Linhas de Torres, 37 C
1750-139 LISBOA

Lisboa, 18 de Novembro de 2003

CENTRALCER - CENTRAL DE
CERVEJAS S.A
Estrada Alfarrobeira
2625-573 VIALONGA

À atenção dos Serviços Comerciais

Assunto: **FORNECIMENTO DE BEBIDAS**

EX.mos Senhores:

Junto uma reclamação que enviei para a Administração da Centralcer, sobre a questão da avaria do equipamento de tiragem de cerveja à pressão.



15ª Vara Cível de Lisboa

15ª Vara - 1ª Secção

Rua Marquês da Fronteira - Palácio da Justiça - 1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877768 Mail: correio@lisboa.varciv15.mj.pt

No caso de não me ser dada uma explicação para tudo o que aconteceu, deixarei de comprar as bebidas produzidas e comercializadas pela Centralcer.

Desde meados de Agosto que fiz várias reclamações sobre a avaria do equipamento. Também a Davincer, mesmo do meu estabelecimento entrou em contacto com os serviços da Centralcer, mas sem resultado nenhum.

Por causa do desleixo dos serviços, fiquei sem poder fornecer cerveja em copo aos meus clientes no dia da Inauguração do Estádio do Sporting, e perdi muito dinheiro.

Estamos em finais de Novembro e nenhum técnico veio substituir o equipamento.

Tenho propostas de concorrentes da Centralcer, e se não me derem uma explicação urgente, nos próximos três dias, da minha vida, negociando com a concorrência, como digo na carta anexa, para a V. Administração

Com muitos cumprimentos.

A Gerência

J. Isidro Dias Cardoso

O)

A autora enviou uma carta datada de 7 /04/2004 à ré, do seguinte teor:

Central de Cervejas

Exmo(s) Senhor(es)

ACTIVIDADES HOTELEIRAS O DIFÍCIL DA ALAMEDA, LDA

ALAMEDA LINHAS DE TORRES, 37 B E C

LISBOA 1600-000

LISBOA

Ref; 72/GRJ/O4

2004

Vialonga, 7 de Abril de



15ª Vara Cível de Lisboa

15ª Vara - 1ª Secção

Rua Marquês da Fronteira - Palácio da Justiça - 1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877768 Mail: correio@lisboa.varciv15.mj.pt

Assunto: Levantamento de equipamentos

Exmo(s) Senhor(es)

Em Fevereiro de 1995 a S.C.C.- Sociedade Central de Cervejas, S.A. entregou a V.Exa(s), em regime de comodato, equipamento destinado à tiragem dos nossos produtos à pressão, nomeadamente cerveja em barril, com todos os acessórios que o constituem, tendo sido tal situação formalizada pela celebração de um contrato de comodato assinado por ambas as partes.

De acordo com o disposto no referido contrato à Sociedade Central de Cervejas ficava reservado o direito de proceder ao levantamento imediato do(s) equipamento(s) instalado(s) no estabelecimento de V.Exa(s) no caso dos consumos dos produtos à pressão não justificarem a manutenção dos referidos equipamentos.

Considerando que as relações comerciais entre ambas as partes cessaram há já algum tempo, vimos comunicar, ao abrigo das disposições do citado contrato de comodato, a nossa intenção de procedermos ao levantamento da(s) máquina(s) que se encontrem instaladas no VI estabelecimento.

Com tal objectivo os nossos técnicos deslocar-se-ão brevemente a esse local agradecendo, desde já, que aos mesmos seja facultado o acesso às V I instalações. Em alternativa, poder-nos-á ser cc

Com os melhores cumprimentos

NUNO PINTO DE MAGALHÃES

Assessor da Administração

P)

A ré enviou à Unicer uma carta do seguinte teor:

ACTIVIDADES HOTELEIRAS O DIFÍCIL DA ALAMEDA, LDA.
Alameda das Linhas de Torres, 37 C
1750-139 LISBOA

Lisboa, 17 de Novembro de 2003

À UNICER - DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS, S.A.
Via Norte, Leça do Balio, Matosinhos

Assunto: CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BEBIDAS DISTRIBUIDOR ROTATEJO II, LDA.



15ª Vara Cível de Lisboa

15ª Vara - 1ª Secção

Rua Marquês da Fronteira - Palácio da Justiça - 1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877768 Mail: correio@lisboa.varciv15.mj.pt

204.
C. 1

EX.mos Senhores:

Tendo presente a minuta do contrato proposto por VV Ex.as constato o seguinte:

1.Houve da V. parte a preocupação de regular - e em excesso - todas as hipóteses possíveis e imaginárias de rescisão a favor da UNICER (ver cláusulas 8. e 10.). Quanto, às situações de incumprimento da UNICER, nada se diz.

2.Acontece que, uma casa de restauração não pode ficar sem fornecimento garantido de bebidas ou ficar indefinidamente à espera da reparação dos equipamentos instalados, sob pena de sofrer prejuízos de monta.

3.Assim, há que prever essas responsabilidades da UNICER/ROTATEJO, que se não compadecem, designadamente com uma moratória de 15 dias, a contar da notificação da ocorrência, como previsto na cláusula 4.ª. Isto significaria que, se o equipamento avariasse em época de ponta, teríamos que enviar uma carta registada, e esperar o decurso da dilação de 3 dias mais 15, e só decorrido esse lapso de tempo poderíamos por termo ao contrato com fundamento em incumprimento!

4. Isto é inaceitável. Pensamos que a solução correcta é esta: avisados telefonicamente/ou fax, V.s Ex.as dispõem de 36 Horas para resolver a situação em causa, sob pena de rescisão imediata.

5.Quanto à cláusula 8.º é inaceitável os seu nº 3. Com efeito, não me parece aceitável que em caso de incumprimento deva receber/pagar, a título de cláusula penal, de 1/3 do valor de 10000 €, acrescido da parte em falta do tempo de duração do contrato.

6.Na verdade pode haver insatisfação das partes face à execução do contrato. No que a nós respeita, isso pode suceder, designadamente se a V. empresa, por qualquer razão gerar uma baixa considerável de aceitação dos V. produtos. Assim, entendemos que a haver insatisfação de alguma das partes, esta possa por fim ao contrato, com a penalização decorrente do n.º 4.

7.Finalmente, não é aceitável que, se em caso de trespasse ou cedência do estabelecimento, o revendedor deva responder solidariamente pelo incumprimento, no caso de o contrato de trespasse ou cedência prever a cláusula de transmissão dos direitos e deveres deste contrato. Quando muito aceitamos que, no caso de trespasse ou cedência do estabelecimento se extingue o contrato de fornecimento, com a obrigação de devolução proporcional da contrapartida em dinheiro, na proporção de 2000 E/ano em falta relativamente ao termo do contrato.

São estas reservas que colocamos à V. proposta, e que esperamos que possam ser ultrapassadas.



15ª Vara Cível de Lisboa

15ª Vara - 1ª Secção

Rua Marquês da Fronteira - Palácio da Justiça - 1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877768 Mail: correio@lisboa.varciv15.mj.pt

Com muitos cumprimentos.

A Gerência

J. Isidro Dias Cardoso

BASE INSTRUTÓRIA

1º)

A ré deixou de adquirir da Centralcer, S.A. e agora autora cerveja em barril desde Setembro de 2003?

2º)

A ré deixou de adquirir da Centralcer, S.A. e agora autora cerveja em barril desde finais de Agosto de 2003?

3º)

A ré começou a comercializar, no estabelecimento de que é titular, e com a inerente publicidade, produtos similares aos contratados, comercializados por empresas que eram concorrentes da "Centralcer, S.A." e que, agora, concorrem com a autora, designadamente, cerveja de barril?

4º)

Dos 100.000 litros contratados a ré adquiriu, até Setembro de 2003 68.396 litros?

5º)

A ré não retomou a aquisição dos produtos acordados, tendo continuado, a adquirir e a comercializar produtos similares a esses provenientes de empresas que concorrem com a autora?

6º)

A ré deixou de adquirir cerveja em barril porque o equipamento destinado à tiragem à pressão avariou e a autora avisada não diligenciou pela sua reparação?



206
C.1

15ª Vara Cível de Lisboa

15ª Vara - 1ª Secção

Rua Marquês da Fronteira - Palácio da Justiça - 1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877768 Mail: correio@lisboa.varciv15.mj.pt

7º)

A avaria do equipamento, ocorreu em 13 de Agosto de 2003, tendo a ré de imediato, diligenciado junto dos serviços da autora e da concessionária a "DAVICER, no sentido de que o equipamento fosse reparado com a maior urgência?

8º)

A "DAVICER tentou, por diversas vezes, por telefonemas que fez, alguns feitos do próprio estabelecimento da ré, que os serviços da autora procedessem à reparação ou substituição do equipamento?

9º)

A autora respondia sempre "que tinham muito pessoal de férias, mas logo que lhes fosse possível procederiam à reparação/substituição do equipamento"?

10º)

A autora não reparou nem substituiu o equipamento nem respondeu aos faxes do seu concessionário, a "DAVICER"?

11º)

A autora não respondeu às cartas a que se alude em M) e N) da matéria de facto assente?

12º)

A autora só respondeu à carta mencionada na O) dos factos assentes em 7/4/04?

13º)

Na sequência da carta da ré de 19/11/03, em vez de mandar reparar o equipamento comunicou à ré em 7/4/04 que o ia recolher?

14º)

A ré continuou a partir de 21.04.1998 a adquirir e a vender no seu estabelecimento produtos da autora?



201/

15ª Vara Cível de Lisboa

15ª Vara - 1ª Secção

Rua Marquês da Fronteira - Palácio da Justiça - 1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877768 Mail: correio@lisboa.varciv15.mj.pt

15º)

A ré só estabeleceu contactos comerciais exploratórios com a UNICER - Distribuição de Bebidas, S.A., em finais de Novembro de 2003?

16º)

Pelo contrato que fez com a UNICER, a ré apenas se obrigou a não vender no seu estabelecimento cerveja de barril, de marcas não comercializadas pelo fornecedor?

17º)

De fora do contrato com a UNICER ficaram a venda de cerveja em garrafa ou lata, refrigerantes e águas de concorrentes da UNICER, o que não sucedia no contrato celebrado com a autora que incluía, a exclusividade para todo o tipo de bebidas fabricadas e comercializadas por si?

18º)

A ré. continua, como sempre fez, a vender os restantes produtos da autora - cerveja em garrafa e em lata, refrigerantes e águas?

19º)

A ré não tem, não teve, não fez, nem faz, publicidade a produtos da UNICER, embora pudesse fazê-la, sem que tivesse que prestar contas à autora?

20º)

A ré viu-se impedida, em plena época de Verão de 2003, de poder vender no seu estabelecimento, cerveja de pressão, e consequentemente de explorar a vertente do seu negócio de marisqueira, a parte mais rentável do seu negócio?

21º)

A ré perdeu, de forma irreversível, parte substancial da sua clientela para os nove estabelecimentos similares, todos eles instalados num raio de setenta metros?

22º)

A autora não procedeu à reparação ou à substituição do equipamento avariado, durante mais de quatro meses, nem deu qualquer explicação para tal comportamento?



15ª Vara Cível de Lisboa

15ª Vara - 1ª Secção

Rua Marquês da Fronteira - Palácio da Justiça - 1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877768 Mail: correio@lisboa.varciv15.mj.pt

2087

23º)

Para que a cerveja de barril possa apresentar toda a sua qualidade é necessário que mantenha um nível mínimo de rotatividade, sob pena de perder as suas características?

De seguida pela Mmª Juiz foi dada a palavra aos ilustres mandatários presentes, para se pronunciarem sobre a matéria dada como assente e base instrutória, que no seu uso disseram nada ter a reclamar e ainda para indicarem os meios de prova nos termos do nº 2, a) do artº 508º - A do C. P. Civil.

Neste momento, foi pedida a palavra pelo ilustre mandatário da autora e, sendo-lhe concedida pelo mesma foi dito:

"Vem indicar a V.ª Ex.ª:

Prova testemunhal:

- 1.- António Felizardo;
- 2.- Mário Garcez Cabana;
- 3.- José Alves, todos com domicilio profissional na sede da autora, situada na Estrada da Alfarrobeira, Vilalonga, Vila Franca de Xira.

Prova documental:

Nos termos do artº 528º do C.P.C. requer-se que a ré seja notificada para que venha juntar aos autos todo e qualquer contrato celebrado com a Unicer - Distribuição de Bebidas, S.A., com sede na Via Norte, Leça do Balio, 4465 Matosinhos, para que:

- a) venha informar em que data começou a fornecer cerveja de barril à aqui ré;
- b) Qual o material de merchandising onde consta o seu logotipo ou de algumas das suas marcas que desde essa data entregou à ré.

Neste momento, foi pedida a palavra pela ilustre mandatária da ré e, sendo-lhe concedida pela mesma foi requerido o prazo de 10 dias para a apresentação da sua prova, atento a extensão da base instrutória.

De seguida pela Mm.ª Juiz foi proferido o seguinte:



15ª Vara Cível de Lisboa

15ª Vara - 1ª Secção

Rua Marquês da Fronteira - Palácio da Justiça - 1098-001 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877768 Mail: correio@lisboa.varciv15.mj.pt

DESPACHO

Admito o rol de testemunhas ora apresentado.

Determino que se proceda às notificações nos termos e para os efeitos requerido pelo ilustre mandatário da autora.

Concedo o prazo de 10 dias, a fim da ré juntar aos autos os seus meios de prova.

Para a realização de audiência de discussão e julgamento, e de comum acordo com os ilustres mandatários presentes, designo o dia 15 de Novembro de 2006, pelas 10:30 horas.

*

Dos anteriores despachos form os presentes devidamente notificados, do que disseram ficar cientes.

**

Em seguida, pela Mmª. Juíz, foi dada por encerrada a presente audiência.

**

Para constar se lavrou a presente acta que depois de lida vai ser devidamente assinada.



1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa
3ª Vara - 3ª Secção
Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3855/05.9TVLSB

Processo: 3855/05.9TVLSB	Acção de Processo Ordinário	N/Referência: 15461154
--------------------------	-----------------------------	------------------------

ACTA DE AUDIÊNCIA DE JULGAMENTO (Cont.)

Acção Processo Ordinário Nº 3855/05.9TVLSB---

24 de Março de 2010---

Magistrado Judicial: Dr. Carlos Oliveira---

Escrivão Auxiliar: Rui Pedro Antunes Marques---

Mandatário da Autora: Dr. Acácio Pita Negrão---

Mandatária da Ré: Dr.ª Rita Mota de Campos---

AUSENTES: Os ilustres mandatários das partes.-

Aberta a audiência, pelo Mm.º Juiz foi proferido o seguinte:---

Despacho sobre a matéria de facto constante da Base

Instrutória

*

I- Relatório:

Nos presentes autos de acção de condenação que a S.C.C. – Sociedade Central de Cervejas, S.A. move contra Actividades Hoteleiras “O Dificil da Alameda”, Lda, em processo declarativo comum, sob a forma ordinária, produzida que foi a prova, o tribunal julga responder à matéria de facto constante da base instrutória nos seguintes termos:

1º: Provado que a R. deixou de adquirir à A. cerveja de Barril depois de 10 de Setembro de 2003.

2º: Não provado.

3º: Provado que a R. começou a comercializar, no estabelecimento de que é titular, cerveja de barril da marca “Super Bock”, que é um produto e marca de cerveja concorrente ao da A..

4º: Provado.

**1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa****3ª Vara - 3ª Secção**

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3855/05.9TVLSB

5º: Provado apenas que desde que a R. iniciou o comércio no seu estabelecimento da cerveja de barril da marca “Super Bock”, ainda no mês de Setembro de 2003, não mais voltou a adquirir cerveja de barril da marca “Sagres” pertencente à A..

6º: Provado que um dos motivos pelos quais a R. deixou de adquirir cerveja em barril à A. teve a ver com as avarias no equipamento de tiragem de cerveja à pressão e a qualidade da assistência técnica prestada.

7º: Provado apenas que a primeira avaria reportada pela R. aos serviços de assistência técnica da A. ocorreu em 18 de Agosto de 2003, tendo a assistência devida correspondente sido prestada no dia 21 de Agosto de 2003.

8º: Provado apenas o que consta da alínea L) dos factos assentes.

9º: Não provado.

10º: Provado apenas que a A. não substituiu o equipamento de extracção de cerveja instalado no estabelecimento da R. e só respondia às reclamações de avaria que fossem formalizadas por telefone para o “Call Center”, cujo número foi disponibilizado à R..

11º: Provado apenas que a A. não respondeu por escrito às cartas mencionadas em M) e N) dos factos assentes, mas logo de seguida fez deslocar ao estabelecimento da R. o seu “Coordenador Regional de Vendas” que propôs a manutenção do contrato e dispôs-se a negociar as condições do mesmo, tendo então ficado a aguardar que a R. apresentasse a sua proposta.

12º: Não provado.

13º: Provado apenas que a carta de 7/4/2004 mencionada em O) dos factos assentes foi remetida na sequência das cartas de 16/1/2004 e de 6/2/2004, mencionadas em I) e J) dos factos assentes.

14º: Provado, com o esclarecimento que relativamente à cerveja de barril a R. deixou de a adquirir à A. depois de 10 de Setembro de 2003.

15º: Não provado.

16º a 18º: Provados.

19º: Não provado.

20º: Provado que durante alguns dias, em número não apurado, no Verão de 2003, entre as datas de 18 de Agosto e 4 de Setembro de 2003, a R. teve o equipamento de extracção de cerveja à pressão avariado, o que o impedia de vender esse produto aos seus clientes.

21º: Não provado.

22º: Provado apenas que a A. não procedeu à substituição do equipamento.

**1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa****3ª Vara - 3ª Secção**

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3855/05.9TVLSB

23º: Provado.

II- Fundamentação:

O tribunal fundou a sua convicção na resposta aos factos constantes dos pontos 1º e 2º da base instrutória, desde logo com base nos documentos juntos aos autos pela R. com a sua contestação, nomeadamente as facturas de fls 136 (de 10/9/2003), 138 e 139 (de 27/8/2003), 140 (de 20/8/2003), 141 (de 13/8/2003) e 142 (de 6/8/2003), donde decorre a evidência de que durante o mês de Agosto de 2003 e até 10 de Setembro do mesmo ano, a R. comprou cerveja de Barril "Sagres" através da DAVICER, empresa distribuidora dos produtos da A.. Esses mesmos factos foram confirmados pelas testemunhas António Augusto Felizardo, gestor de vendas da A., Mário José Garcez Cabana, ao tempo Coordenador Regional de Vendas da A., e José Martins Alves, gerente da DAVICER, que confirmaram os factos tal como dados por provados, tendo igualmente em atenção o que já resultava da prova documental supra mencionada.

Quanto aos pontos 3º, 5º, 14º e 18º da base instrutória a prova testemunhal produzida foi unânime na confirmação do dado por provado, pois todas as testemunhas, mesmo que não concretamente indicadas a esses factos, confirmaram essa situação, seja António Augusto Felizardo, seja Mário José Garcez Cabana, estes funcionários da A., seja José Martins Alves ou António Cardoso Barata, respectivamente, gerente e funcionário da distribuição da DAVICER, seja Carla Alexandra Castro Martins, funcionária da R., seja os clientes do estabelecimento da R., Artur Henrique Silva dos Santos e Raul Mota Pereira de Campos. Sendo de realçar que as facturas de fls 105 a 135 também suportam o facto mencionado na parte final do ponto 5º e a resposta ao 18º da base instrutória.

Sobre o ponto 4º da base instrutória também as pessoas com conhecimento directo desse facto confirmaram esse número, nomeadamente António Augusto Felizardo e Mário José Garcez Cabana, funcionários da A. na área das vendas e, em particular, José Martins Alves, gerente da DAVICER, que era a empresa que em concreto controlava as vendas directas à R., por ser a distribuidora dos produtos da A..

No que se refere ao motivo pelo qual a R. deixou de consumir cerveja de barril da A. e toda a situação relacionada com as avarias dos equipamentos de extracção de cerveja à pressão, matéria a que se reportam os pontos 6º a 10º, 20º e 22º, o tribunal relevou o confronto dos depoimentos testemunhais e ainda, de

**1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa****3ª Vara - 3ª Secção**

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3855/05.9TVLSB

algum modo, do próprio depoimento de parte da A., na parte em que foi confessorio e no pressuposto legal da indivisibilidade desse depoimento, tal como consignado em acta de fls 440 a 446. Assim tivemos em consideração o depoimento de António Augusto Felizardo, gestor de vendas da A.; Mário José Garcez Cabana, ao tempo Coordenador Regional de Vendas da A., que se deslocaram pessoalmente ao estabelecimento da R. para resolver o assunto do incumprimento do contrato com vista a chegarem a um entendimento; e José Martins Alves, gerente da DAVICER, que apenas esclareceu o sentido da comunicação de fls 143 e que não teve conhecimento doutras reclamações da R. relativas ao mesmo assunto. Todos estes por contraposição aos depoimentos das testemunhas Carla Alexandra Castro Martins, empregada de balcão da R., que confirmou que a máquina de extracção de cerveja esteve avariada, não conseguindo tirar cerveja à pressão, tal como também o puderam constatar os clientes desse estabelecimento Artur Henrique Silva dos Santos e Raul Mota Pereira de Campos, igualmente ouvidos como testemunhas, as quais também assistiram a queixas telefónicas do gerente da R. a reclamar de avarias no equipamento em causa, pelo menos em Agosto e Setembro de 2003. Deste conjunto de depoimentos resultou a imagem de que houve efectivamente problemas com a máquina de extracção de cerveja, sendo que a A. apenas atendia às reclamações formalizadas para o "Call Center", porque era assim que estava organizada internamente, sendo a R. conhecedora desses procedimentos. Não se nos ofereceram dúvidas que a assistência técnica da A. se deslocou ao estabelecimento da R. por 3 vezes, em 21 e 27 de Agosto e 4 de Setembro de 2003, tantas quantas as reclamações formais efectuadas pela R. em 18 e 25 de Agosto e 3 de Setembro de 2003 (cfr. doc.s de fls 455 a 466). Aparentemente, a assistência deixava o equipamento a funcionar, tanto assim que a R. adquiria cerveja de pressão depois dessas intervenções (cfr. fls 140, 139, 138 e 136). No entanto, fosse qual fosse a causa do problema, tudo leva a crer que essas intervenções não resolviam de forma definitiva a deficiência de funcionamento, porque o equipamento tendia a avariar de novo. Neste contexto, afigurou-se-nos evidente que a queixa relativa à qualidade da assistência foi um dos motivos que levou o gerente da R. a deixar de adquirir cerveja de barril à A.. No entanto também ficou muito claro que não foi esse o único motivo que levou à tomada de decisão da R., porquanto esta queria também negociar melhores condições contratuais com a A., como resultou das negociações que ocorreram em reuniões havidas entre as partes em finais de Setembro e já em Novembro de 2003. Esta imagem dos factos justificou a resposta dada à matéria controvertida

**1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa****3ª Vara - 3ª Secção**

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3855/05.9TVLSB

supra mencionada, sendo de realçar que não foi feita prova do facto constante do ponto 9º.

Quanto aos pontos 11º a 13º da base instrutória foram relevados os documentos já juntos aos autos e que se mostram assentes nas alíneas I), J) M), N) e O), cuja contextualização foi feita pelas testemunhas António Augusto Felizardo e Mário José Garcez Cabana, funcionários da A., únicos que demonstraram conhecimento efectivo e directo destes factos, os quais deslocaram-se pessoalmente ao estabelecimento da R. no final de Setembro de 2003 para resolver o assunto do incumprimento do contrato, sendo que a segunda testemunha foi lá ainda em Novembro de 2003, depois da carta de 17 de Novembro de 2003, mencionada em M) dos factos assentes, por incumbência directa da Direcção da A., tendo proposto a continuação do contrato e admitido renegociar condições comerciais, ficando desde então à espera que a R. apresentasse uma proposta que fosse aceitável para a A., o que nunca veio a acontecer e levou à resolução do contrato pelas comunicações constantes das alíneas I) e J) dos factos assentes.

Relativamente aos pontos 15º a 17º da base instrutória o tribunal relevou teor do documento de fls 264 a 266. Por outro lado, mesmo admitindo como verdadeira a declaração de fls 267, tornou-se evidente, até pelo próprio depoimento da testemunha Raul Mota Pereira de Campos, que funcionou como uma espécie de consultor jurídico do gerente da R. relativamente a todo este litígio, que a colocação no estabelecimento da R. do equipamento de extracção de cerveja da concorrência (Super Bock) só poderia ter ocorrido por intervenção directa de técnicos da UNICER e do correspondente serviço de vendas, que naturalmente aproveitou a situação para, logo em Setembro de 2003, fazer a sua proposta, mesmo que se admita que a R. só tenha sido assinado o contrato de fls 264 a 266 em Dezembro, tal como consta da declaração de fls 267. Tornou-se assim evidente que desde Setembro de 2003 já havia mais do que contactos exploratórios, o que justificou a resposta negativa ao ponto 15º da base instrutória.

A resposta negativa ao ponto 19º da base instrutória decorre, por um lado, do teor do contrato celebrado entre a A. e R., nomeadamente da cláusula 2ª al. b) a fls 35, e da simples constatação da fotografia de fls 269 junta pela R., onde se pode ver que nos equipamentos de extracção de cerveja à pressão consta publicidade à "Super Bock". O que também foi confirmado por todas as testemunhas ouvidas em audiência de julgamento.

**1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa****3ª Vara - 3ª Secção**

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3855/05.9TVLSB

A prova produzida relativamente ao ponto 21º da base instrutória foi contraditória e muito pouco credível, não sendo possível outra resposta que não fosse a negativa.

Finalmente, quanto ao ponto 23º da base instrutória foi referido como verdadeiro pelas testemunhas Mário José Garcez Cabana, que demonstrou conhecimentos técnicos suficientes para confirmar esse facto, e José Martins Alves, que fundou o seu depoimento na sua experiência como distribuidor de cerveja da A..

- Notifique.

Neste momento pelo Mm.º Juiz foi encerrada a audiência.---

Para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada.---



1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa

3ª Vara - 3ª Secção

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.º 3855/05.9TVLSB

15556482

CONCLUSÃO - 28-04-2010

(Termo electrónico elaborado por Escrivão Auxiliar Rui Pedro Antunes Marques)

=CLS=

Sentença

(Proc. n.º 3855/05.9TVLSB da 3ª Secção - 3ª Vara Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa - Autos de acção ordinária)

*

I- Relatório:

A **S.C.C. – Sociedade Central de Cervejas, S.A.** intentou a presente acção de condenação, em processo declarativo comum, sob a forma ordinária, contra a **Actividades Hoteleiras “O Difícil da Alameda”, Lda.**

Alega sucintamente que a Centralcer – Central de Cervejas, S.A., posteriormente incorporada por fusão na Centralcontrol – S.G.P.S., S.A., que entretanto alterou a sua denominação social para S.C.C. – Sociedade Central de Cervejas, S.A., havia celebrado com a R., por escrito de 21 de Abril de 1995, um contrato de fornecimento de cervejas e refrigerantes relativo ao estabelecimento “O Difícil da Alameda”, propriedade da R..

Para esse efeito, a R. comprometia-se comprar exclusivamente à A. as bebidas mencionadas em anexo ao mesmo até perfazer 100.000 litros, o que se estimou que se verificaria no prazo de 3 anos, devendo ainda aquela abster-se de comprar produtos similares a outras empresas concorrentes da A..

Para esse efeito foi ainda acordado um financiamento à R., de ajuda à comercialização desses produtos, no valor de 1.460.000\$00, a que acresceria I.V.A., e ainda 24 barris de cerveja, por ano, à razão de 2 por mês.

Sucede que a R. não cumpriu esse contrato, porquanto, deixou de consumir os produtos da A. desde Setembro de 2003, passando a adquiri-los na concorrência, sendo que apenas comprou 68.396 litros dos 100.000 litros que se havia comprometido consumir.

Assim, a A. interpelou a R. para retomar os consumos num prazo de 15 dias, sob cominação de, não o fazendo, considerar o contrato resolvido. Como a R. não voltou a adquirir cerveja de barril, por carta registada com a visto de

**1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa****3ª Vara - 3ª Secção**

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3855/05.9TVLSB

recepção, datada de 6 de Fevereiro de 2004, a A. resolveu o contrato e interpelou a R. para pagar a indemnização contratualizada correspondente ao dobro do valor dado em financiamento à actividade da R. no início do contrato.

Em conformidade, concluiu pedindo que fosse declarado resolvido o contrato dos autos por incumprimento da R. desde 12/2/2004, sendo esta condenada a pagar à A. a quantia de €14.564,90, devida pelo incumprimento do contrato, acrescida de juros de mora a contar da data da resolução, no valor vencido de €1.618,50, e nos juros vincendos até integral pagamento.

Citada a R. veio alegar que o contrato havia caducado em 21 de Abril de 1998, por ter a duração limite de 3 anos. Mas, caso assim se não entendesse, então teria caducado em 21/4/2000, por determinação da lei, nos termos do Art. 8º n.º 1 al. c) do Regulamento (CEE) n.º 1984/83 da comissão de 22/6/1983, pois o contrato não poderia ter duração superior a 5 anos. Pelo que, o direito pretendido fazer valer caducou, sendo a acção extemporânea.

Sem prejuízo, admitiu que continuou a adquirir produtos da A. após a caducidade do contrato, o que só cessou desde finais de Agosto de 2003, por causa de avarias no equipamento de extracção de cerveja que a A. não resolveu, quando estava obrigada à sua reparação ou substituição.

A R. interpelou por diversas vezes a A. para corrigir essa situação, não tendo esta respondido às solicitações feitas, o que obrigou a R. a iniciar contacto com a UNICER para poder manter o abastecimento de cerveja de barril aos seus clientes. De todo o modo, a A. continuou a comprar os demais produtos da A., com excepção da cerveja de barril, pois o contrato que celebrou com a UNICER apenas obriga à exclusividade relativamente a esse tipo de bebida.

Finalmente, sustentando que a A. litiga de má-fé, deduzindo pretensão sem qualquer sustentação fáctica ou de direito, defendeu que a mesma deveria ser condenada em multa e indemnização nunca inferior a €32.366,00, igual ao dobro da indemnização peticionada, para além dos encargos do processo e honorários do advogado que constituiu.

Em conformidade, concluiu pela procedência da excepção da caducidade do contrato, pela sua absolvição do pedido, devendo a A. ser condenada em multa e indemnização de €32.366,00, a que acrescem os encargos deste processo e honorários devidos ao advogado.

Notificada a A. veio replicar, sustentando que o contrato não havia caducado, por não terem sido consumidos os 100.000 litros de cerveja e refrigerantes no prazo de 3 anos, sendo que o Regulamento da CEE n.º 1984/83

**1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa****3ª Vara - 3ª Secção**

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3855/05.9TVLSB

não está em vigor e só se aplicaria aos contratos que estivessem sobre a égide do Direito Comunitário da Concorrência, o que não era o caso dada a pouca expressividade da actividade da A. no quadro comunitário e mesmo no nacional, que é dominado maioritariamente pela UNICER.

No que se refere às reclamações sobre o funcionamento dos equipamentos de extracção de cerveja, a A. reconheceu que houve 3, as quais foram rapidamente solucionadas, sendo que a A. sempre respondeu às solicitações da R., sendo esta quem incumpriu o contrato, passando a adquirir produtos da concorrência, como a própria admitiu.

Sustentou igualmente a improcedência da pretensão relativa à litigância de má-fé, porque manifestamente infundada e com base em legislação revogada que não tem aplicação ao caso.

Nestes termos, concluiu pela improcedência das excepções alegadas e pela procedência da acção nos termos formulados na petição inicial.

Findos os articulados, foi designada data para a realização de audiência preliminar, na qual veio a ser proferido despacho saneador, que logo julgou improcedente a excepção da caducidade do contrato, fundada na inaplicabilidade ao caso do Regulamento n.º 1994/83 (CEE) da Comissão, de 1983.06.22, tendo de seguida operado a selecção da matéria de facto assente e a levar à base instrutória, da qual nenhuma das partes reclamou.

Cumprido o Art. 512º do C.P.C., foi admitida a prova requerida e designada data para a realização de julgamento, que decorreu com observância das formalidades legais.

Finda a produção de prova, foi respondido aos factos que constavam da base instrutória por despacho que não mereceu qualquer reclamação.

As partes não apresentaram alegações.

A instância mantém-se válida e regular, nada obstando ao conhecimento do mérito da causa.

II- Matéria de facto:

O tribunal deu como provado, com interesse para a decisão da causa, os seguintes factos:

1) A sociedade “Centralcer – Central de Cervejas, S.A.” tinha por actividade a indústria de refrigerantes e cervejas e a comercialização, quer dos produtos que fabricava, quer dos fabricados por outras empresas – (Al. A) dos factos assentes);



1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa

3ª Vara - 3ª Secção

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3855/05.9TVLSB

2) Em 2001.12.14, foi incorporada, através de uma fusão, na sociedade autora, antes denominada “Centralcontrol – S.G.P.S., S.A.”, que já detinha, de forma directa ou indirecta, a totalidade do seu capital social – (Al. B) dos factos assentes);

3) No acto pelo qual foi efectivada a aludida fusão, a mencionada “Centralcontrol”, ora A., alterou, também, a sua denominação, para “S.C.C. – Sociedade Central de Cervejas, S.A.”, bem como o seu objecto – (Al. C) dos factos assentes);

4) É a A. quem prossegue a actividade que antes era desenvolvida pela sociedade incorporada, “Centralcer, S.A.” – (Al. D) dos factos assentes);

5) No exercício da sua actividade, a mencionada “Centralcer – Central de Cervejas, S.A.” celebrou, em 21 de Abril de 1995, com a ré um contrato, que teve nessa data o seu início de vigência, do seguinte teor:

«Central de Cervejas
CONTRATO 00006107

Entre:

1ª . CENTRALCER - CENTRAL DE CERVEJAS, S.A. com Sede na Av.ª Almirante Reis, 115 em Lisboa, titular do cartão de identificação de pessoa colectiva n.º 500825815, com o capital social de ESC: 9.500.000.000\$00 matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 1631 adiante designado abreviadamente por CENTRALCER; e

2ª. ACTIVIDADES HOTELEIRAS O DIFICIL DA ALAMEDA, LDA. com morada na ALAMEDA DAS LINHAS DE TORRES, 37 B/C - LISBOA titular do cartão de identificação de pessoa colectiva Nº 500863270 e de ora em diante chamado simplesmente 2º OUTORGANTE.

Considerando,

- que a CENTRALCER tem como objectivo próprio a indústria de cervejas e refrigerantes e a comercialização quer dos produtos que fabrica, quer de produtos de outras empresas, designadamente da Sociedade d_ Água do Luso, S.A;

- que o 2º OUTORGANTE é titular do estabelecimento comercial designado, O DIFICIL DA ALAMEDA sito na ALAMEDA DAS LINHAS DE TORRES, 37 S/C LISBOA aqui chamado abreviadamente ESTABELECIMENTO;

- que, no identificado ESTABELECIMENTO, o 2º OUTORGANTE se dedica, entre outras, à venda a retalho de Cervejas, Refrigerantes e Águas.



1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa

3ª Vara - 3ª Secção

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3855/05.9TVLSB

- que o 2º OUTORGANTE está interessado em vender no ESTABELECIMENTO os produtos que a CENTRALCER fabrica e/ou simplesmente comercializa, e não outros, por forma a que, racionalizando as suas fontes de abastecimento e os próprios abastecimentos, possa proporcionar ao público consumidor melhores condições de qualidade e preço;

- que a CENTRALCER tem organizada a distribuição dos seus produtos através de uma rede de concessionários que asseguram, em todo o território, um regular e eficiente abastecimento a todos os potenciais clientes; é celebrado, de boa fé e sem reserva, o presente contrato que as partes se comprometem respeitar e cumprir e que submetem ao teor das seguintes CLÁUSULAS:

1ª

1. O 2º OUTORGANTE obriga-se a comprar, qualquer que seja o respectivo fornecedor, para revenda no citado ESTABELECIMENTO, os, produtos fabricados e/ou simplesmente, comercializados pela CENTRALCER (adiante colectivamente PRODUTOS)

2. O referido ANEXO I será alterado:

a) se a CENTRALCER vier a produzir e/ou a comercializar outros produtos e as partes acordem em inclui-los no regime deste contrato;

b) se a CENTRALCER cessar a produção e/ou a comercialização de algum ou alguns PRODUTOS;

c) se as partes acordarem a inclusão nele de produtos que a CENTRALCER já produz e/ou comercializa embora, na presente data, permaneçam excluídos do regime do presente contrato.

2ª

O 2º OUTORGANTE obriga-se, ainda, a:

a) não adquirir nem pôr à venda no mencionado ESTABELECIMENTO produtos similares ao PRODUTO, nem sequer permitir que terceiros o façam;

b) não fazer publicidade, por qualquer meio, de produtos similares aos PRODUTOS, em permitir que terceiros a façam, no referido ESTABELECIMENTO;

c) assegurar a satisfação da procura dos PRODUTOS pelos consumidores no ESTABELECIMENTO em adequadas condições de qualidade, mantendo para o efeito "stocks" permanentes suficientes para as necessidades normais;

d) dispor de pessoal devidamente preparado e instruído para as funções de venda dos PRODUTOS;

e) vender os PRODUTOS sob as respectivas marcas por que são comercializados pela C.C., e com os rótulos cápsulas, gargantilhas, etiquetas e

**1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa****3ª Vara - 3ª Secção**

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc. Nº 3855/05.9TVLSB

outros sinais distintivos com que esta os introduz no mercado, sem qualquer modificação ou acrescento;

f) em caso de trespasse, cessão de exploração ou transmissão por qualquer outro título do ESTABELECIMENTO, no seu todo ou em parte, inserir no respectivo contrato cláusula que obrigue o trespessário, cessionário ou transmissário a permanecer vinculado ao presente contrato, sem qualquer reserva, ressalva ou restrição, e inserir cláusula idêntica a esta em futuros trespases, cessões de exploração ou transmissões do mesmo ESTABELECIMENTO.

3ª

Como contrapartida da celebração do presente contrato, a CENTRALCER apoia a comercialização dos produtos mediante a entrega ao 2º. OUTORGANTE da quantia de ESC: 1.460.000\$00 (UM MILHÃO QUATROCENTOS E SESSENTA MIL ESCUDOS) na assinatura do contrato, acrescidos de IVA à taxa de 17%, que o 2º. OUTORGANTE declara ter recebido e de que dá plena quitação.

OFERTA DE 24 BARRIS ANO, O PAGAMENTO DOS BARRIS E FEITO MENSALMENTE (2) DOIS.

4ª

1. A violação pelo 2º OUTORGANTE das obrigações assumidas por força do nº 1. da cl. 1ª e das al. a) e b) da cl. 2a, confere à CENTRALCER a faculdade de, mediante simples comunicação escrita ao 2º OUTORGANTE, resolver de imediato o contrato.

2. Em caso de incumprimento das demais obrigações emergentes do presente contrato, poderá a parte lesada, ou a que nisso tiver interesse, ou a que não tenha dado origem ao facto causal, declarar resolvido o contrato mediante comunicação escrita à contraparte faltosa, se esta não puser termo ao incumprimento ou não reparar as suas consequências no prazo que lhe tiver sido fixado pela notificante, o qual não poderá ser inferior a oito dias.

3. A ocorrência de qualquer circunstâncias que tornem definitivamente impossível ou incerto o cumprimento das obrigações assumidas dará à parte que não tenha dado origem ao facto causal, ou à qual tal facto se não refira, ou à legitimamente interessada, a faculdade de resolver de imediato o contrato, mediante mera comunicação escrita à contraparte.

4. O não exercício da faculdade de resolução por uma das partes perante violação, pela contraparte, das obrigações assumidas por força deste contrato, não poderá em caso algum ser havido como renúncia à faculdade de resolução

**1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa****3ª Vara - 3ª Secção**

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3855/05.9TVLSB

perante futuras violações da mesma ou de outra ou outras disposições contratuais.

5ª

1. A resolução do contrato prevista no nº 1 da Cláusula anterior dá à CENTRALCER direito a exigir do 2º OUTORGANTE uma indemnização que, a título de cláusula penal, se fixa no dobro da quantia indicada na cl. 3ª supra.

2. Em ambas as hipóteses previstas nos nºs 2 e 3 da cláusula anterior, a resolução do contrato implicará, sem prejuízo de quaisquer outras indemnizações a que haja lugar, a devolução à CENTRALCER da parte da verba referida na citada cl. 3ª proporcional ao tempo de duração do contrato ainda por decorrer.

6ª

O presente contrato é válido até à compra pelo 2º OUTORGANTE 100.000 LITROS DE CERVEJA e REFRIGERANTES, que se estima serem consumidos durante 3 ANOS a contar da data da sua assinatura.

7ª

1. As partes obrigam-se reciprocamente, no caso de vir a ser publicada legislação que afecte a validade, vigência ou exequibilidade de qualquer das obrigações deste contrato, a revê-lo e adaptá-lo no prazo máximo de 30 dias a contar da data de entrada em vigor dessa legislação, sob pena de poder qualquer das partes declarar resolvido o contrato mediante mera comunicação por escrito à contraparte.

2. No que especificamente se refere à legislação de defesa da concorrência, muito embora as partes presumam não haver incompatibilidade entre as disposições deste contrato e as legais, obrigam-se reciprocamente a introduzir no contrato as alterações que venham a revelar-se necessárias face à evolução decorrente da aplicação e interpretação daquela legislação.

8ª

Para todas as questões emergentes da aplicação e interpretação do presente contrato fica eleito o foro da Comarca de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa a vir revelar-se.

«Feito aos 21 de Abril de 1995 em duas vias de igual teor ambas devidamente seladas e assinadas.

A CENTRALCER

O 2º OUTORGANTE – (Al. E) dos factos assentes);

6) A “Centralcer, S.A.” entregou à R. a importância acordada de Esc. 1.708.200\$00, que, esta, recebeu e da qual deu a respectiva quitação tendo-lhe,

**1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa****3ª Vara - 3ª Secção**

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3855/05.9TVLSB

também, entregue gratuitamente, os barris convencionados – (Al. F) dos factos assentes);

7) A R. continuou a partir de 21/04/1998 a adquirir e a vender no seu estabelecimento produtos da autora, mas relativamente à cerveja de barril a R. deixou de a adquirir à A. depois de 10 de Setembro de 2003– (Resposta ao 14º da base instrutória);

8) A R. deixou, desde Setembro de 2003, de adquirir os produtos da “Centralcer, S.A.” – e agora da A. - a cuja aquisição se tinha, contratualmente, obrigado, nomeadamente, “100.00 litros de cerveja e refrigerantes” – (Al. G) dos factos assentes);

9) A R. deixou de adquirir à A. cerveja de Barril depois de 10 de Setembro de 2003 – (Resposta ao 1º da base instrutória);

10) Dos 100.000 litros contratados a ré adquiriu, até Setembro de 2003 68.396 litros – (Resposta ao 4º da base instrutória);

11) A R. começou a comercializar, no estabelecimento de que é titular, cerveja de barril da marca “Super Bock”, que é um produto e marca de cerveja concorrente ao da A. – (Resposta ao 3º da base instrutória);

12) Desde que a R. iniciou o comércio no seu estabelecimento da cerveja de barril da marca “Super Bock”, ainda no mês de Setembro de 2003, não mais voltou a adquirir cerveja de barril da marca “Sagres” pertencente à A. – (Resposta ao 5º da base instrutória);

13) Um dos motivos pelos quais a R. deixou de adquirir cerveja em barril à A. teve a ver com as avarias no equipamento de tiragem de cerveja à pressão e a qualidade da assistência técnica prestada – (Resposta ao 6º da base instrutória);

14) Durante alguns dias, em número não apurado, no Verão de 2003, entre as datas de 18 de Agosto e 4 de Setembro de 2003, a R. teve o equipamento de extracção de cerveja à pressão avariado, o que o impedia de vender esse produto aos seus clientes – (Resposta ao 20º da base instrutória);

15) A primeira avaria reportada pela R. aos serviços de assistência técnica da A. ocorreu em 18 de Agosto de 2003, tendo a assistência devida correspondente sido prestada no dia 21 de Agosto de 2003 – (Resposta ao 7º da base instrutória);

16) A A. não substituiu o equipamento de extracção de cerveja instalado no estabelecimento da R. e só respondia às reclamações de avaria que fossem formalizadas por telefone para o “Call Center”, cujo número foi disponibilizado à R. – (Resposta ao 10º da base instrutória);



1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa

3ª Vara - 3ª Secção

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc. Nº 3855/05.9TVLSB

17) A A. não procedeu à substituição do equipamento – (Resposta ao 22º da base instrutória);

18) A R. contratou com a UNICER em 30.12.03, data em que assinou o contrato de fornecimento exclusivo de cerveja em barril – (Al. H) dos factos assentes);

19) Com a UNICER a R. apenas se obrigou a não vender no seu estabelecimento cerveja de barril, de marcas não comercializadas pelo fornecedor – (Resposta ao 16º da base instrutória);

20) De fora do contrato com a UNICER ficaram a venda de cerveja em garrafa ou lata, refrigerantes e águas de concorrentes da UNICER, o que não sucedia no contrato celebrado com a autora que incluía, a exclusividade para todo o tipo de bebidas fabricadas e comercializadas por si – (Resposta ao 17º da base instrutória);

21) A R.. continua, como sempre fez, a vender os restantes produtos da A. - cerveja em garrafa e em lata, refrigerantes e águas – (Resposta ao 18º da base instrutória);

22) Para que a cerveja de barril possa apresentar toda a sua qualidade é necessário que mantenha um nível mínimo de rotatividade, sob pena de perder as suas características – (Resposta ao 23º da base instrutória);

23) A A. já investida nos poderes que antes eram da "Centralcer, S.A", enviou à R., em 16 de Janeiro de 2004 a carta, registada com aviso de recepção, do seguinte teor:

«Registada com Aviso de Recepção

Central de Cervejas

Exmos Senhores

ACTIVIDADES HOTELEIRAS

O DIFÍCIL DA ALAMEDA, LDA

Alameda Linhas de Torres, 37-B e C 1600 Lisboa

REF.ª : 21/GBJ/O4 – Procº AJ799

DATA: 16 de Janeiro de 2004

ASSUNTO: Interpelação para cumprimento de contrato

Exmos. Senhores,

Em 1 de Fevereiro de 1995, V.Exas. celebraram com a Sociedade Central de Cervejas, SA. (naquela altura com a designação social de Centralcer - Central de Cervejas, S.A.) um contrato, nos termos do qual se obrigaram a comprar para vender ao publico, no estabelecimento designado por "RESTAURANTE O DIFÍCIL", situado em Lisboa, bebidas das marcas



1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa

3ª Vara - 3ª Secção

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.º 3855/05.9TVLSB

fabricadas e/ou comercializadas pela Sociedade Central de Cervejas (Cláusula P. nº 1).

O contrato foi firmado no pressuposto de que, no citado estabelecimento, seriam consumidos 100.000 litros de bebidas, num prazo estimado de três anos, em regime de exclusividade, tendo sido esse um pressuposto essencial para o cálculo dos incentivos pagos a V.Exas., no valor de 7.282,45 euros (1.460.000\$00) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor naquela data.

Constituindo o prazo uma mera previsão de tempo necessário ao consumo da litragem estabelecida no contrato é de concluir que o mesmo se encontra em vigor, enquanto não forem adquiridos os 100.000 litros de produtos ou enquanto não for resolvido por qualquer uma das partes.

Nesta conformidade, verificamos que V.Exas. deixaram de cumprir aquilo a que se obrigaram porquanto, pelo menos desde Setembro de 2003, com apenas 68.396 litros adquiridos dos 100.000 que acordaram comprar, deixaram de adquirir os produtos que se encontravam obrigados a comprar.

Verificamos ainda que, do mesmo modo, passaram a consumir produtos de marca concorrente, com clara violação das obrigações que emergem do contrato acima referido.

O atrás exposto determinará incumprimento do contrato, pelo que vimos convidar V.Exa. a retomarem o cumprimento do mesmo, nos termos acordados, num prazo de 15 (quinze dias), a contar da recepção da presente carta.

A manutenção da situação que agora se pretende ver sanada determinará a resolução do contrato com as consequências aí previstas, nomeadamente a exigibilidade da indemnização e penalizações acordadas entre ambas as partes.

Sem outro assunto de momento apresentamos a V.Exa. os n/ melhores cumprimentos.

NUNO PINTO DE MAGALHÃES

Assessor da Administração – (Al. I) dos factos assentes);

24) A A. enviou à R., em 6 de Fevereiro de 2004, a carta registada com A/R, do seguinte teor:

Central de Cervejas

Exmos. Senhores

ACTIVIDADES HOTELEIRAS

O DIFÍCIL DA ALAMEDA, LDA

Alameda Linhas de Torres, 37-6 e C 1600 Lisboa

REFa :43/G6J/04 – Pº AJ799/j03

DATA: 6 de Fevereiro de 2004



1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa

3ª Vara - 3ª Secção

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3855/05.9TVLSB

ASSUNTO: Resolução de Contrato

Exmos Senhores

Nos termos do contrato celebrado em 1 de Fevereiro de 1995 entre V. Exas. e a Sociedade Central de Cervejas, S.A., naquela data com a designação de Centralcer - Central de Cervejas, S.A., obrigaram-se a comprar para vender ao publico consumidor final, no estabelecimento designado "Restaurante o Dificil", situado em Lisboa, as bebidas comercializadas por esta ultima empresa (claus. 1.1).

O contrato foi firmado no pressuposto de que, no referido estabelecimento seriam consumidos 100.000 litros dos produtos constantes do anexo I ao referido contra to, tendo sido esse um pressuposto essencial para o calculo dos incentivos pagos a V.Exas., no valor de 1.460.000\$00 (7.282AS euros), acrescidos de Iva à taxa legal em vigor naquela data.

Contudo, verificamos que V.Exas., ao arrepio das obrigações contratuais assumi das, pelo menos desde Setembro de 2003, deixaram de efectuar quaisquer compras dos produtos que se obrigaram a adquirir, verificando-se que, de um total de 100.000, apenas foram adquiridos 68.396 litros.

Tal actuação configura incumprimento do contrato pelo que assiste à Sociedade Central de Cervejas legitimidade para o resolver, direito de resolução que pela presente se exerce e que produzirá efeitos a partir da recepção desta comunicação.

Em conformidade com a resolução contratual agora comunicada deverão V.Exas., no prazo de 10 dias, pagarem à Central de Cervejas, a título de cláusula penal pelo incumprimento, a quantia de 14.5464,90 euros (2.920.000\$00), ao abrigo do disposto na cláusula nº 1.

Com os melhores cumprimentos

NUNO PINTO DE MAGALHÃES

Assessor da Administração – (Al. J) dos factos assentes);

25) A Davicer enviou à A. em 8/10/2003 um fax do seguinte teor:

DAVICER

DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS, L DA.
FOLHA PARA TRANSMISSÃO POR FAX

EMPRESA

DE:

S.C.C. SOC.. CENTRAL DE CERVEJAS, SA

JOSÉALVES

COORDENADOR CANAL:



1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa

3ª Vara - 3ª Secção

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3855/05.9TVLSB

DATA:

SR. M.ÁRIO CABANA

SUPERVISOR:

TOTAL DE PÁGINAS INCLUINDO A FOLA DE ROSTO:

SR. ANTÓNIO FELIZARDO

NÚMERO DE FAX:

NOSSO NÚMERO DE REFERÊNCIA:

219524690

ASSUNTO:

VOSSO NÚMERO DE REFERÊNCIA

O URGENTE O APRECIAR. P.F. O COMENTAR P.F. O RESPONDER
P.F. O FAZER CIRCULAR P.F.

NOTAS/COMENTÁRIOS

INFORMAÇÃO DIVERSA

CLIENTE: DIFÍCIL ACT. HOTELEIRAS LDA - ALAMEDA DAS
LINHAS DE TORRES 1750-LISBOA

GERENTE: SR. JOSÉ CARDOSO

MESMO C/ TODAS AS FALTAS QUE ACONTECERAM C/ A
ASSISTÊNCIA TÉCNICA, E ALÉM DE ESTAR APREECIVO C/ A FALTA
DE COMPARENCIA DE ALGUÉM DIRECTO QUE REPRESENTA A
S.C.CERVEJAS E CONFORME PROMETIDO PELO SR. FELIZARDO, E,
ATÉ HOJE NÃO APARECEU NINGUÉM. O CLIENTE ESTÁ RECEPTIVO
A EVENTUAL NEGOCIAÇÃO NO CASO DE SER POSSIVEL E
CONFORME ME DISSE, NÃO TER NADA CONFIRMADO C/A
CONCORRÊNCIA. O VENDEDOR GERÊNT B

FAX DAVICER: 219730574

N.Q CASO DO FA NÃO S.E...APRESENTAR LEGÍVEL,
CONTACTAR TEL.:219730573 – (Al. L) dos factos assentes e resposta ao 8º
da base instrutória);

26) A R. enviou à A. uma carta datada de 17/11/2003, registada com A/R,
do seguinte teor:

ACTIVIDADES HOTELEIRAS O DIFÍCIL DA ALAMEDA. LDA.

Alameda das Linhas de Torres. 37 C 1750-139 LISBOA

Lisboa. 17 de Novembro de 2003

CENTRALCER - CENTRAL DE CERVEJAS S.A.

Av. Almirante Reis, 115 LISBOA

Assunto: FORNECIMENTO DE BEBIDAS



1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa

3ª Vara - 3ª Secção

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc. Nº 3855/05.9TVLSB

EX.mos Senhores:

Em 1995 celebramos com a V. empresa um contrato de fornecimento de bebidas.

Pese esse contrato ter cessado há muito, de termos recebido propostas excelentes de concorrentes vossos, e de tal contrato conter diversas cláusulas que violam os princípios da livre concorrência, mantivemo-nos fiéis à "SAGRES". Fizemo-lo sem as contrapartidas financeiras que podíamos obter quer da V. empresa, quer de concorrentes V. que nos fizeram propostas nesse sentido. Limitamo-nos, nestes últimos cinco anos, após ter expirado o contrato, a receber tão-só 2 barris/mês de cerveja.

Durante estes últimos anos V. Ex.as cumpriram satisfatoriamente, ainda que com algumas falhas pontuais.

Porém, a partir de Agosto, deste ano, V. Ex.as deixaram de prestar qualquer assistência aos equipamentos, pese, por diversas vezes, termos reclamado dessa situação.

Surpreendentemente, V. Ex.as mantiveram-se indiferentes a todos os pedidos que fizemos, e também às solicitações do V. revendedor que, inclusive, chegou a telefonar do nosso estabelecimento a pedir a V. intervenção urgente, e a enviar fax, de que nos deu cópia comprovativa, a expor a situação.

Acontece que, neste verão, para podermos servir aos clientes cerveja a copo, vimo-nos, forçados a pedir algum equipamento emprestado a concorrentes Vossos, o que é chocante.

Passado todo este tempo, até hoje, V. Ex.as não se dignaram a mandar proceder à reparação do equipamento, ou à sua substituição.

Também não nos deram uma explicação cabal para o V. procedimento, ou recolheram o equipamento defeituoso.

Face a este comportamento, que consideramos intolerável, exigimos que nos dêem uma explicação sobre o assunto, ou, se porventura, entendem que não estão interessados em ter esta casa como cliente, devem, nesse caso, providenciar no sentido da recolha do V. equipamento.

Têm três dias para o fazer.

Se isso não acontecer trataremos de contratualizar o referido fornecimento com um concorrente Vosso, e desfazemo-nos do equipamento.

Se o silêncio for a V. opção deixaremos de comercializar no futuro todo e qualquer produto da Centralcer.

Com muitos cumprimentos.

A Gerência



1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa

3ª Vara - 3ª Secção

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc. Nº 3855/05.9TVLSB

J. Isidro Dias Cardoso – (Al. M) dos factos assentes);

27) A R. enviou à A. uma carta datada de 18/11/2003 e registada com A/R do seguinte teor:

ACTIVIDADES HOTELEIRAS O DIFÍCIL DA ALAMEDA, LDA

Alameda das Linhas de Torres, 37 C 1750-139 LISBOA

Lisboa, 18 de Novembro de 2003

CENTRALCER - CENTRAL DE CERVEJAS S.A

Estrada Alfarrobeira 2625-573 VIALONGA

À atenção dos Serviços Comerciais

Assunto: FORNECIMENTO DE BEBIDAS

EX.mos Senhores:

Junto uma reclamação que enviei para a Administração da Centralcer, sobre a questão da avaria do equipamento de tiragem de cerveja à pressão.

No caso de não me ser dada uma explicação para tudo o que aconteceu, deixarei de comprar as bebidas produzidas e comercializadas pela Centralcer.

Desde meados de Agosto que fiz várias reclamações sobre a avaria do equipamento. Também a Davincer, mesmo do meu estabelecimento entrou em contacto com os serviços da Centralcer, mas sem resultado nenhum.

Por causa do desleixo dos serviços, fiquei sem poder fornecer cerveja em copo aos meus clientes no dia da Inauguração do Estádio do Sporting, e perdi muito dinheiro.

Estamos em finais de Novembro e nenhum técnico veio substituir o equipamento.

Tenho propostas de concorrentes da Centralcer, e se não me derem uma explicação urgente, nos próximos três dias, da minha vida, negociando com a concorrência, como digo na carta anexa, para a V. Administração

Com muitos cumprimentos.

A Gerência

J. Isidro Dias Cardoso – (Al. N) dos factos assentes);

28) A A. não respondeu por escrito às cartas mencionadas em M) e N) dos factos assentes, mas logo de seguida fez deslocar ao estabelecimento da R. o seu “Coordenador Regional de Vendas” que propôs a manutenção do contrato e dispôs-se a negociar as condições do mesmo, tendo então ficado a aguardar que a R. apresentasse a sua proposta – (Resposta ao 11º da base instrutória);

29) A A. enviou uma carta datada de 7 /04/2004 à R., do seguinte teor:

Central de Cervejas



1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa

3ª Vara - 3ª Secção

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3855/05.9TVLSB

Exmo(s) Senhor(es)
ACTIVIDADES HOTELEIRAS O DIFÍCIL DA
ALAMEDA, LDA
ALAMEDA LINHAS DE TORRES, 37 B E C LISBOA
1600-000 LISBOA

Ref: 72/GRJ/O4

Vialonga, 7 de Abril de 2004

Assunto: Levantamento de equipamentos

Exmo(s) Senhor(es)

Em Fevereiro de 1995 a S.C.C.- Sociedade Central de Cervejas, S.A. entregou a V.Exa(s), em regi me de comodato, equipamento destinado à tiragem dos nossos produtos à pressão, nomeadamente cerveja em barril, com todos os acessórios que o constituem, tendo sido tal situação formalizada pela celebração de um contrato de comodato assinado por ambas as partes.

De acordo com o disposto no referido contrato à Sociedade Central de Cervejas ficava reservado o direito de proceder ao levantamento imediato do(s) equipamento(s) instalado(s) no estabelecimento de V.Exa(s) no caso dos consumos dos produtos à pressão não justificarem a manutenção dos referidos equipamentos.

Considerando que as relações comerciais entre ambas as partes cessaram há já algum tempo, vimos comunicar, ao abrigo das disposições do citado contrato de comodato, a nossa intenção de procedermos os levantamento da(s) maquina(s) que se encontrem instaladas no VI estabelecimento.

Com tal objectivo os nossos técnicos deslocar-se-ão brevemente a esse local agradecendo, desde já, que aos mesmos seja facultado o acesso às VI instalações. Em alternativa, poder-nos-á ser comunicada a data que seja mais favorável o efeito, através do telefone 808204771 (chamada grátis).

Com os melhores cumprimentos

NUNO PINTO DE MAGALHÃES

Assessor da Administração – (Al. O) dos factos assentes);

30) A carta de 7/4/2004 mencionada em O) dos factos assentes foi remetida na sequências das cartas de 16/1/2004 e de 6/2/2004, mencionadas em I) e J) dos factos assentes – (Resposta ao 13º da base instrutória);

31) A R. enviou à Unicer uma carta do seguinte teor:

ACTIVIDADES HOTELEIRAS O DIFÍCIL DA ALAMEDA,
LDA.

Alameda das Linhas de Torres, 37 C 1750-139 LISBOA



1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa

3ª Vara - 3ª Secção

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3855/05.9TVLSB

Lisboa, 17 de Novembro de 2003

À UNICER - DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS, S.A.

Via Norte, Leça do Balio, Matosinhos

Assunto: CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BEBIDAS
DISTRIBUIDOR ROTATEJO II, LDA.

EX.mos Senhores:

Tendo presente a minuta do contrato proposto por VV Ex.as constato o seguinte:

1. Houve da V. parte a preocupação de regular - e em excesso - todas as hipóteses possíveis e imaginárias de rescisão a favor da UNICER (ver cláusulas 8. e 10.).

Quanto, às situações de incumprimento da UNICER, nada se diz.

2. Acontece que, uma casa de restauração não pode ficar sem fornecimento garantido de bebidas ou ficar indefinidamente à espera da reparação dos equipamentos instalados, sob pena de sofrer prejuízos de monta.

3. Assim, há que prever essas responsabilidades da UNICER/ROTATEJO, que se não compadecem, designadamente com uma moratória de 15 dias, a contar da notificação da ocorrência, como previsto na cláusula 4.ª. Isto significaria que, se o equipamento avariasse em época de ponta, teríamos que enviar uma carta registada, e esperar o decurso da dilação de 3 dias mais 15, e só decorrido esse lapso de tempo poderíamos por termo ao contrato com fundamento em incumprimento!

4. Isto é inaceitável. Pensamos que a solução correcta é esta: avisados telefonicamente/ou fax, V.s Ex.as dispõem de 36 Horas para resolver a situação em causa, sob pena de rescisão imediata.

5. Quanto à cláusula 8.º é inaceitável os seu nº 3. Com efeito, não me parece aceitável que em caso de incumprimento deva receber/pagar, a título de cláusula penal, de 1/3 do valor de 10000 €, acrescido da parte em falta do tempo de duração do contrato.

6. Na verdade pode haver insatisfação das partes face à execução do contrato. No que a nós respeita, isso pode suceder, designadamente se a V. empresa, por qualquer razão gerar uma baixa considerável de aceitação dos V. produtos. Assim, entendemos que a haver insatisfação de alguma das partes, esta possa por fim ao contrato, com a penalização decorrente do nº 4.

7. Finalmente, não é aceitável que, se em caso de trespasse ou cedência do estabelecimento, o revendedor deva responder solidariamente pelo incumprimento, no caso de o contrato de trespasse ou cedência prever a cláusula

**1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa****3ª Vara - 3ª Secção**

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.º 3855/05.9TVLSB

de transmissão dos direitos e deveres deste contrato. Quando muito aceitamos que, no caso de trespasse ou cedência do estabelecimento se extingue o contrato de fornecimento, com a obrigação de devolução proporcional da contrapartida em dinheiro, na proporção de 2000 E/ano em falta relativamente ao termo do contrato.

São estas reservas que colocamos à V. proposta, e que esperamos que possam ser ultrapassadas.

Com muitos cumprimentos.

A Gerência

J. Isidro Dias Cardoso – (Al. P) dos factos assentes).

Tudo visto, cumpre decidir:

III- Enquadramento jurídico:

Visa a presente acção o reconhecimento da resolução do contrato dos autos por incumprimento da R. e a condenação desta no pagamento de indemnização contratual penal, tal como a mesma foi convencionada na cláusula 5ª n.º 1 do contrato celebrado entre as partes, correspondente ao dobro do valor entregue pela A. à R. para apoio à comercialização dos produtos.

Para o efeito será apreciado o alegado incumprimento do contrato, os invocados consumos efectivos da R., o direito à resolução e correspondente indemnização.

Em contrapartida, esgotado que está o poder jurisdicional relativamente à questão da caducidade, já julgada no despacho saneador por decisão transitada em julgado, teremos de considerar se houve incumprimento imputável à A. e se a R. está efectivamente a cumprir o acordado, nos termos convencionados entre as partes.

A final, será apreciada a questão da litigância de má-fé da A..

Efectivamente, resulta dos autos que, em 21 de Abril de 1995, a Centralcer – Central de Cervejas, S.A., actualmente incorporada pela A. (cfr. doc.s de fls 15 a 33), na qualidade de produtora de cervejas e refrigerantes, celebrou um acordo, identificado como “Contrato 6107”, com a R., esta na qualidade de revendedora de produtos da A. (cfr. doc. de fls 34 a 38).

Esse acordo tinha por objecto a compra de produtos da A. a revender pela R. no estabelecimento comercial designado por “O Difícil da Alameda”, sito em Lisboa (cfr. cit. doc. a fls 34).

**1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa****3ª Vara - 3ª Secção**

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3855/05.9TVLSB

Os termos desse acordo escrito passavam pelo interesse da R. em vender os produtos que a Centralcer fabricava e/ou comercializava, de forma a proporcionar ao público consumidor melhores condições de qualidade e preço.

Por outro lado, a R. obrigou-se também a não vender produtos similares que pudessem ser comercializados pela concorrência da Centralcer, nem a deles fazer qualquer publicidade (cfr. cit. doc. a fls 35 – cláusula 2ª).

Ficou ainda acordado que esse contrato era válido até à compra pela R. de 100.000 litros de cerveja (Barril/Garrafa/Lata) e refrigerantes, que se estimava serem consumidos durante 3 anos a contar da data da assinatura desse contrato (cfr. cit. doc. a fls 37 – cláusula 6ª).

Estamos assim perante um contrato de fornecimento de execução continuada, em que as partes se obrigavam a proceder a sucessivas compras e vendas de determinados produtos aí identificados, sujeitos a um regime de exclusividade e a pacto de não concorrência.

Como contrapartida da celebração deste contrato de fornecimento, com regime de exclusividade e proibição de venda de produtos da concorrência, a Centralcer decidiu apoiar a comercialização dos produtos pela R., dando-lhe um financiamento à actividade, mediante a entrega da quantia de 1.460.000\$00, acrescidos de IVA (cfr. cit. doc. a fls 36 – cláusula 3ª), que foram efectivamente pagos e recebidos pela R. (cfr. doc.s de fls 39 e 40).

Realce-se que, nos termos da cláusula 6ª do contrato dos autos ficou convencionado que: «O presente contrato é válido até à compra pelo 2º OUTORGANTE (aqui R.) de 100.000 LITROS DE CERVEJA e REFRIGERANTES, que se estima serem consumidos durante 3 ANOS a contar da data da sua assinatura» (cfr. cit. doc. a fls 37 infra).

Assim, este contrato não tinha duração determinada, mas o seu termo era determinável, pois estavam definidos critérios que permitiriam uma futura e eventual caducidade do contrato.

Sendo o prazo do contrato determinável em função do volume de consumos que a R. se havia obrigado realizar e não tendo esta ainda cumprido o mínimo de 100.000 litros, o contrato continuava a vincular as partes, mesmo que já tivessem decorrido os 3 anos previstos para que tal consumo se realizasse efectivamente.

Aliás, a R. continuou a consumir cervejas e refrigerantes da A. para lá dos 3 anos mencionados no contrato. Pelo que, dúvidas não podem existir que em Setembro de 2003 o contrato continuava a vincular A. e R., nos seus precisos termos.

**1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa****3ª Vara - 3ª Secção**

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc. Nº 3855/05.9TVLSB

Por outro lado, a cláusula 4ª estabelecia a possibilidade de resolução do contrato por incumprimento, ou atraso no cumprimento de quaisquer das obrigações assumidas, nomeadamente se o revendedor deixasse de comprar produto da A. e passasse a comprar ou fazer publicidade a produtos da concorrência (cláusula 4ª n.º 1 por remissão para a cláusula 2ª al.s a) e b) do cit. doc. a fls 35 e 36).

Igual faculdade era estabelecida no n.º 2 da cláusula 4ª relativamente ao revendedor, que poderia também resolver o contrato em caso de incumprimento das demais obrigações dele emergentes, desde que não tivesse dado causa ao facto causador do incumprimento, bastando para o efeito: «(...) declarar resolvido o contrato mediante comunicação escrita à contraparte faltosa, se esta não puser termo ao incumprimento ou não reparar as suas consequências no prazo que lhe tiver sido fixado pela notificante, o qual não poderá ser inferior a oito dias.» (cfr. cit. doc. a fls 36).

As consequências do incumprimento por parte da R. vinham estabelecidas na cláusula 5ª n.º 1, segundo a qual: «A resolução do contrato (...) dá à CENTRALCER direito a exigir do 2º OUTORGANTE (aqui R.) uma indemnização que, a título de cláusula penal, se fixa no dobro da quantia indicada na cl. 3ª supra» (cfr. cit. doc. a fls 37). Ou seja, igual ao dobro de 1.460.000\$00, que corresponde precisamente aos €14.564,90, que são peticionados.

Temos de presumir que as partes outorgaram este contrato de boa-fé, tendo regulado a relação jurídica assim formalizada de forma livre e consciente, sendo que não foi alegado qualquer constrangimento à vontade de contratar, nem em causa está que se trate de contrato subordinado ao disposto no Dec.Lei n.º 446/85 de 25 de Outubro, que regulamenta os limites da contratação relativa ao uso por uma das partes de cláusulas contratuais gerais.

Em princípio, este contrato foi livremente negociado pelas partes, que tinham toda a liberdade para contratar e estipularem sobre o conteúdo da relação jurídica estabelecida (Art. 405º do C.C.).

Assim, a R. assumiu assim explicitamente a obrigação de consumir 100.000 litros de cerveja e refrigerantes da A., sendo que, nos termos convencionados, a A. tinha a legítima expectativa de que aquela iria efectuar compras de litros de cerveja desse volume e, por isso, entregou à R. os 1.460.000\$00 para apoio ao comércio.

**1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa****3ª Vara - 3ª Secção**

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc. Nº 3855/05.9TVLSB

Ora, ficou provado que a R. apenas consumiu, até Setembro de 2003 68.396 litros dos 100.000 litros que se havia comprometido consumir (vide: resposta ao ponto 4º da base instrutória).

Por outro lado, provado ficou também que a R. passou a consumir cerveja de barril da concorrência, nomeadamente a cerveja "Super Bock", que é uma marca da UNICER, concorrente directa da A., sendo que o equipamento de extracção da cerveja à pressão correspondente faz publicidade a essa outra marca (cfr. foto de fls 269).

Aliás, a R. veio mesmo a celebrar um contrato de fornecimento exclusivo de cerveja de barril com a UNICER (cfr. doc. de fls 272 a 274) que apesar de datado de 30 de Setembro de 2003, terá sido efectivamente apenas assinado em 30 de Dezembro de 2003 (cfr. fls 275).

Seja como for, ficou assim demonstrado que a R. não cumpriu o contrato, tendo violado as disposições das alíneas a) e b) da cláusula 2ª do contrato celebrado com a A.. e, em consequência, ficou sujeita à possibilidade desta poder resolver o contrato e exigir a indemnização contratual penal estabelecida na cláusula 5ª n.º 1 do contrato dos autos.

Foi isso mesmo que a A. veio a fazer. Inicialmente por carta de interpelação admonitória de 16 de Janeiro de 2004 (cfr. doc. de fls 41 a 43). E, depois, por carta registada com aviso de recepção, destinada precisamente a comunicar a resolução do contrato e a exigir o pagamento da indemnização penal convencionada, a qual se mostra datada de 6 de Fevereiro de 2004 e que foi efectivamente recepcionada pela R. a 12 de Fevereiro de 2004 (cfr. docs de fls 44 a 46).

A resolução é fundada e operou de acordo com os termos constantes do contrato de forma plena e eficaz (Art. 432º n.º 1, 433º e 436º n.º 1 do C.C.).

No entanto, a R. veio sustentar que apesar de ter deixado de comprar cerveja de barril à A., continuou a comprar cerveja de garrafa e lata da A., assim como refrigerantes e água. O que logrou provar, nomeadamente com base nas facturas juntas de fls 105 a 135 (Vide resposta ao ponto 18º da base instrutória e sua fundamentação a fls 495).

Só que esse facto não pode funcionar como causa de justificação do incumprimento do contrato no que se refere à cláusula de exclusividade no consumo e de proibição de publicidade de consumos de produtos concorrentes aos da A..

Aliás, o produto que a A. essencialmente pretende vender através da celebração deste tipo de contratos é a cerveja de barril. Logo, a violação da



1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa

3ª Vara - 3ª Secção

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.º 3855/05.9TVLSB

obrigação de consumo desse tipo de bebida deve necessariamente ter-se por mais lesiva e relevante para a A..

A R. defendeu-se ainda alegando que foi a A. que não cumpriu a sua prestação, pois perante as suas sucessivas reclamações por avarias no funcionamento do equipamento de extracção de cerveja de barril, nunca reparou ou substituiu o mesmo, o que criou dificuldades ao seu comércio.

Efectivamente, ficou provado que durante alguns dias, em número não apurado, no Verão de 2003, entre as datas de 18 de Agosto e 4 de Setembro de 2003, a R. teve o equipamento de extracção de cerveja à pressão avariado, o que o impedia de vender esse produto aos seus clientes.

Também resultou demonstrado que o procedimento adequado para a R. conseguir a reparação das avarias desse equipamento era através da apresentação de reclamação por via telefónica para o "Call Center" que a A. havia organizado para o efeito, o que era do conhecimento de todos os fornecedores, como era o caso da R..

Ora, a R. apresentou pelo menos 3 reclamações de avarias através desse sistema de reclamação telefónica, as quais obtiveram sempre resposta da assistência que no máximo demorou 3 dias (cfr. doc.s de fls 455 a 466).

Veja-se, no entanto, que apesar destas reclamações a R. não logrou provar que ficou absolutamente impedida de vender cerveja de barril da A. durante todo o Verão de 2003, nem que a A. não tivesse respondido às suas solicitações (Vide resposta aos pontos 6º a 10º e 20º a 22º).

O que ficou claro foi que a R. não ficou satisfeita com a assistência técnica prestada pela A., tendo sido esse um dos motivos pelos quais decidiu deixar de adquirir cerveja de barril da A. a partir de 10 de Setembro de 2003.

Sucede que, a R. começou logo de seguida, ainda no mês de Setembro de 2003, a comercializar, no seu estabelecimento, cerveja de barril da marca "Super Bock", não mais voltando a adquirir cerveja de barril da marca "Sagres", que é a marca pertencente à A..

É assim que a R. entrou numa fase em que, não tendo resolvido o contrato por incumprimento da A., manteve-se ela própria em incumprimento, tentando negociar com a A. melhores condições comerciais.

É nesta fase negocial que se enquadra o fax de 8/10/2003, junto a fls 143, proveniente da Davicer, que era a empresa distribuidora dos produtos da A. junto da R..

Esse fax reflecte precisamente que a R. tinha queixas relativas à assistência técnica da A., mas estava receptiva a negociar com esta. Sendo certo



1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa

3ª Vara - 3ª Secção

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc. Nº 3855/05.9TVLSB

que, nesse momento, já estava a consumir cerveja da concorrência e a questão da assistência técnica ao sistema de extracção de cerveja de barril já não era uma questão actual.

É também nesse contexto que aparece também a carta que a R. enviou à A., com data de 17/11/2003, que se mostra junta de fls 144 a 145.

Aí, uma vez mais, a R. volta a queixar-se da qualidade da assistência técnica da A., nomeadamente por referência a avarias ocorridas em Agosto de 2003, referindo que está a utilizar um equipamento da concorrência por mero empréstimo, e reclamando pelo facto de nunca ter a A. reparado ou substituído o equipamento instalado no estabelecimento da R..

Aproveita ainda para fazer uma espécie de ultimato ao afirmar que se a A. não estiver interessada em ter a R. como sua cliente, então deveriam retirar o seu equipamento no prazo de 3 dias.

Segue-se outra carta, com data de 18/11/2003, um dia depois da anterior, em que se expressa precisamente a mesma vontade, relatando as mesmas queixas e facto (cfr. doc. de fls 148 a 150), tudo num tom que indicia ainda assim uma vontade de negociar os termos do contrato celebrado com a A., uma vez que ainda não tinha formalizado então qualquer contrato escrito com a UNICER, sendo certo que as negociações com esta outra empresa já estavam seguramente muito bem encaminhadas.

A R. veio alegar que a A. nunca respondeu a estas solicitações, tendo resolvido o contrato de forma inesperada. Mas não foi isso que efectivamente ocorreu, pois a A., apesar de não ter respondido por escrito às duas mencionadas cartas, fez deslocar ao seu estabelecimento o seu "Coordenador Regional de Vendas" que propôs a manutenção do contrato e dispôs-se a negociar as condições do mesmo, tendo então ficado a aguardar que a R. apresentasse a sua proposta.

Como a R., logo de seguida, acaba por assinar o contrato com a UNICER, só poderemos concluir que, ou houve uma proposta negocial da A. que não foi suficientemente atraente para a R., ou esta entendeu que a proposta da UNICER era irrecusável.

Só que, ao assinar o contrato com a UNICER, sem previamente por termo ao contrato que ainda a vinculava à A., violou este último.

Veja-se ainda que a resolução do contrato operada por iniciativa da A. só ocorreu depois da R. ter celebrado o contrato com a UNICER, pois este contrato é de 30 de Dezembro de 2003 (cfr. fls 264 a 268) e as cartas de interpelação

**1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa****3ª Vara - 3ª Secção**

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3855/05.9TVLSB

admonitória e de resolução são de 16 de Janeiro de 2004 e 6 de Fevereiro de 2004 (cfr. doc.s de fls 41 a 46).

Acresce que, tendo a R. instalado um equipamento da concorrência para extracção da cerveja de barril desde Setembro de 2003, é evidente que a questão da reparação ou substituição do correspondente equipamento da A. não estava então em causa. A única questão então pendente era apenas a renegociação das condições contratuais, pois as alegadas deficiências da assistência técnica referiam-se a situações ocorridas no passado, que a R. nunca quis usar como causa de resolução do contrato, nos termos estabelecidos na cláusula 4ª n.º 2 (cfr. cit. doc. a fls 36).

Logo, a R. colocou-se voluntariamente na posição de incumpridora de um contrato que ainda estava vigente e era vinculativo para ambas as partes, sendo que lhe foi dada a oportunidade de cessar esse incumprimento, o que não foi por si aceite. Em consequência, a A. ficou legitimada para a resolução do contrato, tal como o fez, tendo direito à indemnização contratual penal, tal como a mesma é estabelecida na cláusula 5ª n.º 1 do contrato dos autos.

Não foi posta em causa a validade dessa cláusula penal, nem nós vemos motivos para declarar a sua nulidade, nem para efeitos duma eventual redução equitativa, nos termos do Art. 812º do C.C..

Resta ainda dizer que, pela carta de 6 de Fevereiro de 2004, a A. interpelou a R. para pagar os €14.564,90 devidos, no prazo de 10 dias, sendo que a carta foi recepcionada no dia 12 de Fevereiro de 2004 (cfr. doc. de fls 46).

Portanto, a R. entrou em mora relativamente ao cumprimento dessa obrigação no dia 22 de Fevereiro de 2004 (Art. 805º n.º 1 do C.C.).

Finalmente, quando ao pedido de condenação da A. como litigante de má-fé, fundava-se a mesma na procedência da excepção da caducidade, que foi logo julgada por improcedente no despacho saneador.

Por outro lado, a A. limitou-se a exercer um direito legítimo, de forma fundada, tendo obtido ganho de causa, utilizando os meios processuais adequados para o efeito, tendo um comportamento insusceptível de censura, não podendo por isso ser condenada como litigante de má-fé, nos termos dos Art.s 456ºº e ss do C.P.C..

IV- Decisão:

Nestes termos e pelo exposto, julgamos a presente acção procedente por provada, declarando-se resolvido o contrato dos autos por incumprimento da R. desde 12 de Fevereiro de 2004, mais se condenando a



1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis de Lisboa

3ª Vara - 3ª Secção

Rua Marquês de Fronteira - Palácio da Justiça - 1000-000 Lisboa
Telef: 213846400 Fax: 213877554 Mail: lisboa.sgciveis@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3855/05.9TVLSB

R., “Actividades Hoteleiras O difícil da Alameda, Lda” ao pagamento à A., S.C.C. – Sociedade Central de Cervejas, S.A.”, da indemnização contratual penal prevista na cláusula 5ª n.º 1 do contrato dos autos, no valor de €14.564,90, acrescida de juros de mora, à taxa legal, contados do dia 22 de Fevereiro de 2004 até integral pagamento.

Absolvemos a A. do pedido de condenação da mesma como litigante de má-fé.

- Custas pela R. (Art. 446º n.º 1 e 2 do C.P.C.).

- Registe e notifique.

Lisboa, 28 de Abril de 2010

Texto elaborado em computador e integralmente revisto pelo signatário.

O Juiz de Direito,

Dr. Carlos Oliveira